

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
LABORATÓRIO DE CLÍNICA FENOMENOLÓGICA EXISTENCIAL –
LACLIFE

MARIA JOSÉ HERÁCLIO DE AQUINO OLIVEIRA

**O lugar da técnica moderna na transformação dos ambientes e
suas repercussões no existir humano**

Recife, 2015

MARIA JOSÉ HERÁCLIO DE AQUINO OLIVEIRA

**O lugar da técnica moderna na transformação dos ambientes e
suas repercussões no existir humano**

Dissertação apresentada ao
Mestrado em Psicologia Clínica da
Universidade Católica de
Pernambuco, como parte dos
requisitos para obtenção do grau de
Mestra em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia
Clínica.

Orientadora: Profa. Dra. Carmem
Lúcia Brito Tavares Barreto.

Recife, 2015

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
LABORATÓRIO DE CLÍNICA FENOMENOLOGICA EXISTENCIAL – LACLIFE

MARIA JOSÉ HERÁCLIO DE AQUINO OLIVEIRA

**O LUGAR DA TÉCNICA MODERNA NA TRANSFORMAÇÃO DOS AMBIENTES E
SUAS REPERCUSSÕES NO EXISTIR HUMANO**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Heloísa Szymanski
Examinadora Externa – Dra. Em Psicologia da Educação pela Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Profa. Dra. Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas
Examinadora Interna–Universidade Católica de Pernambuco (Unicap)

Profa. Dra. Carmem Lúcia Brito Tavares Barreto
Orientadora - Universidade Católica de Pernambuco (Unicap)

RECIFE, 2015

RESUMO

Diante das diversas modificações ambientais que o mundo vem experienciando, incluindo as transformações do espaço urbano, essa dissertação teve como objetivo estudar o lugar da técnica moderna no fenômeno das desapropriações em uma comunidade pobre e suas repercussões no existir humano. Num primeiro momento apresenta-se brevemente o percurso percorrido pela Psicologia Ambiental, vertente da Psicologia que busca compreender o ser humano frente ao ambiente, em diálogo com outras disciplinas como a Geografia, Arquitetura e Urbanismo, e Biologia. O segundo momento é composto por uma apresentação de fragmentos da obra de Heidegger que, ao perguntar pelo sentido de ser também pergunta pelo sentido de seu habitar e como esse habitar se faz importante para o próprio constituir-se do ser-á enquanto ser-no-mundo. O trabalho foi realizado a partir da experiência de desapropriação vivida por um grupo de moradores do canal Ibiporã, na comunidade do Coque, localizada na região central da cidade do Recife. Esses moradores, enquanto colaboradores desse trabalho, foram entrevistados com o objetivo de compreender o fenômeno de serem deslocados de suas casas para que uma obra pública fosse executada. Para isso, foi feita uma observação participante em encontros desse grupo a fim de encontrar os cinco colaboradores para essa pesquisa. A partir daí foi utilizada a entrevista narrativa proposta por Flick, assim como o diário de bordo trabalhado por Aún para somar a experiência da pesquisadora à investigação. Como resultados foram encontrados alguns núcleos de sentido como a importância da história da comunidade na vida dos entrevistados, assim como a importância da rede de apoio encontrada no lugar. Também emergiu como núcleo da trama de sentidos os sentimentos de impotência e vergonha diante de uma situação de remoção imposta, o que também foi visto como um incentivo à ocupação irregular dos espaços, configurando um tipo de ciclo vicioso. O apego ao lugar ficou bem marcado nas entrevistas, assim como as dúvidas e a angústia que surgem com relação a um futuro que se torna ainda mais incerto, a partir de diversas mudanças de hábito. Mas, para além de todos esses sentimentos, também é possível ver como essa história de descaso com as pessoas e os lugares tem incentivado esses moradores do Coque a se envolverem com suas existências, formando-se politicamente e/ou valorizando seus espaços.

Palavras-chave: Psicologia Ambiental; técnica moderna; interdisciplinaridade; transformações ambientais.

ABSTRACT

In face of several environmental changes the world has been experiencing, including the urban spaces variation, this dissertation studied the modern technique's place in expropriations in a poor community and their repercussions for mankind. In the first moment, it will be presented a journey faced by Environmental Psychology, strand that analyses the human beings according to their environment, in dialog with other disciplines like Geography, Architecture and Urbanism, and Biology. The second moment is composed by Heidegger's work pieces, which asks about the sense of being, also asks about the sense of living and how this sense is important for this being as part in the world. This work has been done from an expropriation experience lived by *Canal do Ibiporã* inhabitants, located in Coque community, Recife downtown. These inhabitants were contributors in this work and they were interviewed in order to comprehend the phenomenon of being displaced from their houses so that a public work sector could be executed in this place. For this purpose, a meeting observation had been done in this group with a view to find five contributors for this research. Thereafter, a narrative interview proposed by Flick had been used, as well as a logbook worked by A ún to add the researcher background in the investigation. As results, were found some meaning cores like the importance of the community history on the interviewers' lives, in addition to the importance of a support net in that place. It also loomed the impotence and shame feelings as a core plot sense facing a removal imposed situation, which had also been seen as an irregular space occupation incentive, shaping a kind of vicious circle. The place of affection had been intensively marked in the interviews, as well as the doubts and anguishes that appeared towards a future that becomes even more uncertain, because of the several habit changes. Even with all of these feelings and emotions, it was also possible to determine how these people carelessness story has contributed Coque inhabitants to involve themselves in their own experiences, becoming more politically active and valuing assets.

Key-Words: Environmental Psychology; Modern technique; Interdisciplinarity; Environmental changes.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1 PSICOLOGIA AMBIENTAL: UMA COSTURA DE SABERES	18
1.1 Surgimento e Constituição	18
1.2 Diversidade de abordagens	24
1.3 Como se mostra hoje	34
2 FENOMENOLOGIA EXISTENCIAL E O HABITAR	41
2.1 Primeiro momento: Heidegger e a analítica da finitude	46
2.2 Segundo momento: Heidegger e a história da verdade do ser	50
2.3 O habitar em Heidegger	54
3 TRAJETO METODOLÓGICO	63
3.1 O Canal Ibiporã enquanto lugar da pesquisa	63
3.2 Conhecendo as colaboradoras	66
3.3 Recursos da pesquisa	67
3.4 Procedimentos de coleta	72
3.5 Procedimentos de análise	74
4 CAMINHANDO JUNTO AS COLABORADORAS	76
5 O HABITAR E SUAS POSSIBILIDADES COMPREENSIVAS: algumas considerações	88
REFERÊNCIAS	93

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que lutam por moradia
digna e pelo direito à cidade.

AGRADECIMENTOS

Devo muita gratidão às moradoras da comunidade do Coque que colaboraram com este trabalho através de seus relatos. Sem elas esse trabalho nunca se realizaria. E foi através desse convívio que aprendi o que é ser forte.

À minha orientadora, Profa. Dra. Carmem Barreto por, apesar das dificuldades encontradas ao longo do caminho, estar sempre presente e disponível, e também aberta a trabalhar com novas temáticas. Além de estar sempre disposta a acolher minhas angústias.

Às avaliadoras deste trabalho, Profa. Dra. Cristina Amazonas e Profa. Dra. Heloisa Szymanski pelas contribuições, carinho e apredizado que pude ter nos últimos meses.

À minha família e amigos por estarem sempre presentes me dando força e alegrias suficientes para que eu levasse esse projeto adiante.

E, por fim, agradecer a oportunidade de desenvolver esse projeto, que colocou na minha vida pessoas maravilhosas e com as quais aprendi coisas que levarei comigo para o resto da vida.

Há, entretanto, no animal quente e vigilante,
a inquietude e a opressão de uma profunda nostalgia.

Ele conhece a angústia que tantas vezes nos domina – a lembrança, como se esse para onde tendemos tivesse sido outrora mais fiel e de contato mais doce.

Tudo aqui é distância – lá era alento. Depois da primeira pátria, como parece a segunda incerta e sem abrigo!

(Rilke, in Elegias de Duíno, 2001, p. 93)

APRESENTAÇÃO

Nos últimos anos entrei em contato com o debate que rodeia a questão da habitação no país. Algo que me incomodou muito quando comecei a me aprofundar nessa temática foi o fato de que a maior parte da produção acadêmica acerca das transformações ambientais e apego ao lugar era direcionada a uma parte privilegiada da população. Talvez, ao pensar no ambiente e como nos relacionamos com ele, estejamos colocando as pessoas que vivem em comunidades pobres em uma espécie de limbo, uma vez que elas vivem uma realidade tão diferente da nossa que é, no mínimo, difícil compreender como lidam com suas existências.

Comecei então a me questionar sobre como falar de apego ao lugar na vida de pessoas que dependem da política habitacional do país. Seria possível apegar-se à “sua” casa, “seu” bairro, mesmo quando estes não deveriam ser seus de acordo com o imaginário social? Mesmo aqueles que moram em casas que atendem aos requisitos da propriedade privada sofrem por estarem numa classe social fadada a ser vista como composta por pessoas que ocupam espaços que não lhe pertencem. Talvez acredite-se que uma família pobre não possa morar numa área central da cidade, uma vez que o espaço que ela ocuparia deveria ser ocupado por um empreendimento que gere lucro para o governo e/ou para o setor privado ou, ainda, por uma família com poder aquisitivo suficiente para consumir os bens comercializados por estabelecimentos que já existam na região.

A situação só piora quando se trata de famílias que vivem em áreas ocupadas irregularmente. Já que essas pessoas supostamente estariam onde não deveriam estar. Me parece que, aos olhos dos outros, essas pessoas tem menos direitos do que os demais. É esse pensamento que autoriza o realocamento indiscriminado dessas pessoas de acordo com os planos elaborados pelo governo e setor privado, em algumas situações por intervenção desse primeiro, em outras por conta própria (quando outros

fatores começam a interferir, expulsando populações inteiras de determinadas regiões, processo conhecido como gentrificação¹).

Num país onde a maior parte da população vive nas áreas urbanas, são poucos aqueles que podem escolher onde morar e como morar. Aqueles que não estão inclusos nessa minoria, não têm o direito de criar relações com os lugares que habitam, pois devem estar ao dispor das forças antes mencionadas.

Diante do que foi dito, é importante indicar que uma mudança ambiental não é algo que altera apenas o espaço físico (construído ou não), mas também a forma com que as pessoas se relacionam com tal mudança. Tal contexto evidencia o fato de que os ambientes vêm sendo transformados profundamente – além de indiscriminadamente – em prol do “desenvolvimento”. Porém, este desenvolvimento não considera a pessoa que habita nesse ambiente, uma vez que não respeita o seu existir no mundo. Faz-se necessário, então, olhar sob diversas lentes para esse fenômeno no sentido de incentivar o interesse dirigido a ele, assim como o desvelamento de novas possibilidades interventivas que venham a atender as demandas relacionadas às transformações ambientais.

Concomitantemente a esse momento em que tentava compreender a realidade dessas pessoas, me vi envolvida nos debates acerca da batalha pelo Cais José Estelita², na área central do Recife. A princípio talvez as situações não pareçam ter muito em comum. Mas, após uma análise mais detalhada, é possível ver que tanto as situações de desapropriação no Coque quanto a venda do terreno do cais para grandes empreiteiras, tem como base um pensamento perverso, dominante nos atuais tempos de urbanismo especulativo, de que o que interessa não são as necessidades (muito menos

¹ Trata-se de um fenômeno que afeta uma região ou bairro. A partir dele ocorre uma alteração nas dinâmicas da composição do local (novos pontos comerciais, construção de novos edifícios, entre outros), o que valoriza a região e afeta a população pobre local. Isso ocorre porque essa é acompanhada por um aumento de custos, o que dificulta a permanência de antigos moradores de renda insuficiente para acompanhar esse ritmo de desenvolvimento.

² Cais com um terreno de 10 hectares localizado na área central da cidade do Recife, às margens da bacia do Pina. Desde 2012 o local tem sido ponto de debates devido a aprovação de um projeto urbanístico para o local que prevê a construção de treze torres com cerca de 38 andares cada. O projeto, denominado “Novo Recife”, encabeçado pelas construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão, G. L. Empreendimentos e Ara Empreendimentos, vem gerando uma ampla problematização acerca do uso da violência institucionalizada que tem como objetivo a defesa de interesses privados assim como de fins políticos.

os desejos) dos habitantes de uma cidade ou de uma região, mas sim os planos desenvolvidos por investidores em prol de retorno financeiro. É assim que as cidades são construídas hoje, é assim que seu destino é traçado.

A cidade dominada pelos muros na qual vivemos é um resultado de um modelo de sociedade sustentada pelo atual arranjo político, que nasce de uma lógica objetificadora da realidade. Muitas lutas cabem na reivindicação pelo Cais José Estelita, e todas elas têm em comum um desejo de ocupar a cidade, habitá-la e vivenciá-la, preencher os espaços vazios com significados próprios.

Foi a partir de então que comecei a ver, de forma um pouco mais sólida, que o direito à cidade era muito mais do que o acesso a recursos urbanos: era existir plenamente num lugar. É como habitamos o mundo, com direito a mudar a nós mesmos mudando também o que está ao nosso redor. Desse ponto de vista, refazer a cidade, assim como a nós mesmo, não deveria estar a cargo apenas de algum governo ou de determinadas empresas, mas sim dando ouvidos às contribuições e atendendo às necessidades dos mais interessados, ou seja, nós mesmos.

Assim, foi um caminho natural fazer uma avaliação desse momento no qual nos encontramos à luz do pensamento heideggeriano, cuja reflexão aponta para um modo de ser do homem que enfatiza o seu existir enquanto ser-com e ser-em. Esse tema será trabalhado mais especificamente à luz do que Heidegger tinha a dizer sobre a técnica moderna e o domínio que esta exerce em nossas vidas. Além de recorrer a Heidegger, também serão apontadas considerações feitas por outros autores, como por exemplo Ligia Saramago e Dulce Critelli. Trata-se de uma tarefa delicada uma vez que, desta forma, a razão tecnológica será questionada mesmo sendo a atual palavra de ordem em nossa sociedade, funcionando como referência para o “progresso” material e também do crescimento econômico. É possível que esse modo de pensar venha separando o homem do mundo, a partir do momento em que concebe esse segundo como objeto, no qual tudo é visto como recurso que pode ser explorado a qualquer preço e forma, visto que o poder oculto da técnica marca a relação do ser do homem (contemporâneo) com tudo aquilo que existe. Para ele, é a partir daí que nos esquecemos de nossa condição de ser no mundo e com os outros, dificultando a elaboração

de outras possibilidades compreensivas, o que contribui para a manutenção da perspectiva atual. Assim, estamos destinados a um modo técnico e calculante de estar no mundo.

O interesse em estudar as transformações ambientais surgiu, além do que já foi relatado aqui, do contato, durante o período de graduação, com uma área da Psicologia denominada “Ambiental”. Trata-se de um campo teórico que tem por objetivo ampliar o olhar da Psicologia quanto à questão ambiental e, para isso, estabelece um diálogo com outras ciências.

Hoje, a Psicologia Ambiental pode ser definida como uma disciplina que tem por objeto o estudo e a compreensão dos processos sociais em relação aos seus entornos, o que facilita a aproximação entre Psicologia Ambiental e Psicologia Social ou, até mesmo, Psicologia Comunitária. Ela segue na direção de não apenas compreender a complexa interação dos seres humanos e seu meio ambiente, mas também de desenvolver estratégias e ferramentas válidas para a aplicação e intervenção de forma a contribuir para uma mudança significativa na maneira como o ser humano se relaciona com o mundo e com tudo que nele existe. Por razões teóricas e práticas próprias, mas também tentando responder aos anseios estabelecidos socialmente com relação aos problemas ambientais, a Psicologia Ambiental vem realizando um movimento buscando considerar, também, mais enfaticamente, a ação das pessoas sobre os ambientes.

Esta, mesmo sendo uma ramificação relativamente nova dentro da Psicologia, possui uma literatura bastante diversa. Uma diversidade que não é observada quando a temática é abordada no contexto do ambiente comunitário. Foi essa percepção, geradora de desconforto, que me levou à busca por uma compreensão mais aprofundada sobre como se dava a relação entre comunidade e ambiente.

Só após esses questionamentos foi que me defrontei com uma prática psicológica pautada nos pressupostos fenomenológicos existenciais, passando a compreender a relação homem-mundo de acordo com o que é posto na Ontologia Fundamental de Heidegger. Mesmo enquanto apenas me aventurava nessa perspectiva, ela me proporcionou uma outra forma de pensar o modo como existimos. Foi necessário questionar e também abandonar diversos pressupostos que me colocavam num lugar de aparente

conforto e segurança, proporcionados pela minha formação numa concepção tradicional de Psicologia dentro do modelo médico, natural-cientificista. E foi através desse posicionamento de abertura para com o incerto que comecei a me colocar de outra maneira na relação com os outros e suas experiências.

Comecei a me familiarizar com ambas as temáticas (Psicologia Ambiental e a perspectiva Fenomenológica Existencial) já no final da graduação, ao longo da elaboração do meu trabalho de conclusão de curso (TCC), assim como durante meu estágio supervisionado na clínica da Universidade Católica de Pernambuco. Mas foi só depois de formada que, baseada em experiências pessoais, pude fazer reflexões acerca dessas temáticas de forma a relacioná-las ao ambiente comunitário, assim como a questões como o direito à cidade e o momento de urbanização no qual nos encontramos.

Baseada nessas reflexões, tive a oportunidade de participar de encontros realizados entre alguns grupos como o Coque (Re)existe³ e NEIMFA⁴, juntamente a moradores de uma área em processo de desapropriação dentro da comunidade do Coque. Dessa forma, pude ouvir as pessoas envolvidas falarem sobre suas angústias, decorrentes dessa expulsão, em grupo (assim como traçar metas para reverter suas situações) e, também, individualmente.

Para desenvolver o presente problema de pesquisa, relacionado a como a técnica moderna observada no processo das desapropriações em comunidades pobres refletem na existência humana, recorre-se à Heidegger autor quando ele coloca em sua obra “Construir, habitar e pensar” (1954) que o homem é, na medida em que habita. Ou seja, o homem é na medida em que se constitui juntamente ao mundo. Nessa direção, será desenvolvida uma articulação compreensiva sobre esse modelo técnico-científico que está no cerne da questão ambiental e o processo de urbanização atual, que será apontado, a partir do pensamento de Dulce Critelli (1988), como gerador de uma espécie de manual de comportamentos que previne o homem de

³ Coque (Re)existe é um movimento, uma rede de pessoas, composto por moradores e não moradores da comunidade do Coque que se organizaram no sentido de defender o direito à moradia na região.

⁴ Trata-se da sigla para Núcleo Espírita Irmãos Menores de Francisco de Assis, que constitui uma sociedade civil sem fins lucrativos, mas que tem objetivos sócio-educacionais e ético-morais. Foi criado no ano de 1986 na comunidade do Coque.

enfrentar o incerto e, simultaneamente, de cuidar de si. Isso porque a mesma autora indica que o ambiente urbano é estruturado por uma ótica objéctica da existência, que tem como base o uso indiscriminado da técnica moderna.

Como meu primeiro passo nessa tentativa de compreensão sobre a relação homem-ambiente foi a partir da Psicologia Ambiental, me pareceu que essa temática também deveria ser a primeira a ilustrar as páginas desse trabalho. Sendo assim, para o primeiro capítulo, realizei um levantamento de textos que abordam a história da Psicologia Ambiental, assim como suas práticas atuais. Pude, então, fazer uma breve avaliação de seu surgimento, constituição, assim como apresentar sua diversidade de abordagens. Foram mostrados apontamentos feitos por diversos autores da área, sendo possível citar o trabalho de Pinheiro como base para esse capítulo. Foi também possível refletir sobre como essa área da Psicologia se mostra hoje, e o que nela me despertou para as questões que envolvem esse trabalho.

Percebendo a necessidade de uma abordagem que possibilitasse uma abertura para com o existir e como este se dá no mundo, o segundo capítulo é oferecido ao leitor como uma tímida base para que este possa refletir sobre outras formas de olhar para a questão das manifestações ônticas em dimensões político e sociais do habitar enquanto algo que nos constitui e que nos possibilita ser no mundo. Início com uma breve introdução e, em seguida, ofereço uma leitura inicial no primeiro momento do trabalho de Heidegger, no qual ele trata da analítica da finitude. Sigo para uma apresentação da história da verdade do ser, segundo momento do pensamento do mesmo autor, e finalizo com uma amostra do que tem como reflexão acerca da questão do habitar.

No terceiro capítulo falo do passo a passo da pesquisa, e também do método que a guiou, no sentido de esclarecer o caminho percorrido a fim de atender às questões iniciais. Faço uma caracterização do Coque, comunidade na qual este trabalho foi realizado, assim como dos participantes que contribuíram com seus testemunhos. Descrevo os recursos utilizados explanando a importância de cada um para a pesquisa e, por fim, falo dos procedimentos da pesquisa assim como das análises feitas ao fim desta.

Para o quarto capítulo apresento compreensões que emergiram durante a pesquisa. Ele contempla a minha narrativa acerca de algumas das

reflexões que pude fazer no meu encontro com a narrativa daqueles que contribuíram para a realização deste trabalho, assim como com os pensamentos de outros pesquisadores, psicólogos, filósofos, entre outros.

Termino esse trabalho tecendo algumas considerações finais envolvendo os núcleos de sentido que foram surgindo ao longo das entrevistas atrelados a importância atribuída ao lugar onde vivem e como se veem diante da situação de desapropriação pela qual estão passando.

PSICOLOGIA AMBIENTAL: UMA COSTURA DE SABERES

Durante muitos anos, várias ciências se preocuparam em conhecer os fenômenos e recursos naturais e verificar quais seriam as consequências que sua má utilização poderia acarretar para o planeta e todas as formas de vida nele existentes. Diante das diversas questões percebidas envolvendo a relação homem-meio ambiente, como as mudanças climáticas e o deslocamento populacional (que reflete em como as pessoas vivem em grandes e pequenas cidades), que afetam e são afetadas pelo homem, a Psicologia também vem sendo convocada a contribuir no intuito de se compreender o ser humano frente ao ambiente. Tal esforço ficou a cargo do que se conhece hoje por Psicologia Ambiental.

Por se tratar de um campo relativamente novo dentro da Psicologia, este capítulo pretende apresentar, inicialmente, um breve estudo histórico de seu surgimento, discorrer sobre sua diversidade de abordagens e, por fim, como esta área pode contribuir para as questões anteriormente mencionadas.

1.1 Surgimento e Constituição

Num primeiro momento, há de se imaginar que a Psicologia Ambiental é uma ramificação da Psicologia que busca uma solução para os problemas ambientais. No entanto, apesar de não ser uma visão errada, esta pode ser chamada de incompleta, pois tais questões ambientais são, antes de tudo, questões humano-ambientais. O que, segundo Corraliza (1997) reflete não em uma crise ambiental, mas em uma crise das pessoas-nos-ambientes.

Diante desse fato, Pinheiro (1996), atenta para a intensa *adjetivação* da Psicologia, que pode ser parte de uma tentativa de sua própria *substantivação*, ou construção de uma identidade para a disciplina como um todo. Segundo esse autor, essa adjetivação da Psicologia, que se baseava no método empregado (caso da Psicologia Experimental), objeto ou processo considerado (como na Psicologia do Desenvolvimento), passou nas últimas décadas a enfatizar cada vez mais o contexto. É possível perceber que todos esses adjetivos de lugar (Psicologia Escolar, Psicologia Organizacional, entre outras) funcionam como variações de um mesmo tema: o ambiente em que se dá a existência humana. Desta forma, não

haveria razão para o surgimento de uma disciplina com o rótulo e os interesses da Psicologia Ambiental.

Positivos ou não, tais rótulos são dotados de importância tanto para a comunidade científica quanto acadêmica. Este ponto é defendido por Lovelock (1995), em sua análise do despreparo da ciência diante da crise ambiental. Este autor afirma que o estado fragmentado e reducionista em que a ciência se encontra é uma das principais dificuldades desta para atingir uma visão unificada e integradora do planeta, tão necessária neste momento de crise. O *Programa para Mudança Global* - iniciativa da ONU para discutir o tema das mudanças climáticas e possíveis soluções -, que primeiro havia sido nomeado como "Programa Internacional Geosfera Biosfera" é, para o autor, um exemplo dessa linha de pensamento. Antes de ter seu nome definido, tal programa recebeu um título no mínimo confuso porque biólogos que participavam do comitê de planejamento acharam que a Biologia não seria levada a sério se não houvesse "bio" no nome do programa. É provável que existam outros exemplos semelhantes dentro do meio acadêmico, uma vez que a fragmentação do saber está presente em toda a academia, inclusive no campo da Psicologia, que muitas vezes se permite existir apenas baseada em adjetivações que a limitam.

A Psicologia Ambiental carrega, desde o seu surgimento nas décadas de 1960-1970, uma crítica a esse olhar fragmentado da ciência. Uma vez que ela veio à tona durante um período em que se percebia um aumento nos problemas ambientais e certa incapacidade da Psicologia tradicional, representada aqui pela prática clínica em consultório que se inspirava no modelo médico de prática, em apresentar novas possibilidades para a situação.

Nos trabalhos que foram e serão citados nesse texto, é possível perceber uma variação nas datas de publicação, o que deixa a sensação de que não há um único período no qual o surgimento dessa área se concentre. Mas de acordo com os autores Günther e Rozestraten (2005), a Psicologia Ambiental só começou a figurar no nível formal da academia nos Estados Unidos em 1967, quando foi fundado o programa de doutorado na área discutida da *City University of New York* sob a liderança de Proshansky (1920-1990). Outro autor, chamado Lévy-Leboyer (1980), diz que a área adquiriu status científico através de três publicações: a primeira teria sido um número especial do *Journal of Social Issues* (Kates & Wohlwill, 1966); a segunda, um artigo intitulado *The Emerging Discipline of Environmental Psychology*

(Wohlwill, 1970); já a terceira seria a primeira das revisões de literatura da área no *Annual Review of Psychology* (Craik, 1973). Ou seja, sua entrada na academia se deu nos anos de 1960-1970.

É importante salientar, no entanto, que as primeiras referências ao assunto datam de muitos anos antes. Em 1924, apareceram os escritos de Hellpach, um alemão que trabalhou com o termo *Psychologie der Umwelt* (Psicologia do Ambiente). Ele

[...] diferenciou entre efeitos ambientais de cunho geo-psicológico (luz, clima, montanhas), socio-psicológico (oriundos de outros seres humanos) e cultural (instituições, leis, costumes). Posteriormente, distinguiu ainda o ambiente tecto-psicológico (espaço, móveis, casa, rua, veículos) (Günther & Rozestraten, 2005, p. 3).

Além disso, de acordo com Hagino, Mochizuki e Yamamoto (1987), esse tema também foi abordado em um livro de Tetsuro Watsuji de 1935, devido à grande preocupação japonesa com o ambiente (desastres naturais) e a estrutura da casa japonesa, levando em consideração a relação homem-ambiente.

Mas não foram apenas nesses países que a Psicologia Ambiental floresceu. Ela teve seu início em diversos outros países como França, na década de 1950 (principalmente em áreas externas à Psicologia); Grã-Bretanha, na década de 1960 (também em áreas vizinhas à Psicologia); Suécia na década de 1940; Holanda, em 1962; Austrália na década de 1970; União Soviética (parte hoje conhecida como Estônia) em 1970. E na América Latina o tema começa a ser trabalhado na década de 1970 principalmente no México e Venezuela.

Voltando a mencionar a obra de Pinheiro (1996), este faz uma cronologia bastante detalhada do surgimento e desenvolvimento da Psicologia Ambiental, começando com a denominada “pré-história” da Psicologia Ambiental, primeiramente citada por Aragonés e Amérigo (1988), que era ligada a um modelo mais positivista de ciência. Em seguida ele comenta os trabalhos de aspectos mais atomísticos e holísticos onde se destaca Kurt Lewin (1965). Há, porém, um segundo nascimento da temática, liderado por Valera (1996). Neste ocorre uma redefinição dos métodos de trabalho da Psicologia Ambiental numa direção mais social. Passa-se a buscar satisfação residencial e qualidade de vida. Essa nova visão sobre o tema pode ser dividida em dois períodos: o de institucionalização, em que este

campo do conhecimento ganha, sem estrutura, o caráter de disciplina (década de 1970); e o período que vai de 1980 até os dias atuais, onde nota-se a consolidação e desenvolvimento do tema em publicações acadêmicas.

Como é apontado pelos autores Mirilia Bonnes e Gianfranco Secchiaroli (1995), a Psicologia Ambiental formou-se a partir de duas grandes origens, ou raízes teóricas: uma externa à Psicologia, outra interna. Isso concedeu a este campo de estudo uma "dupla personalidade": ele é parte "Psicologia", parte "Ambiental". É fundamental considerar essa dupla natureza, pois apenas assim haverá uma compreensão adequada da área como um todo e de suas dificuldades em encontrar uma identidade teórica.

Quando se fala da vertente externa do surgimento da Psicologia Ambiental, é possível identificar três tendências, todas oriundas de disciplinas que, até então, eram distantes da Psicologia: Arquitetura e Planejamento Urbano, Geografia e Ciências Bio/Ecológicas (Pinheiro, 1996).

O primeiro grupo de tendências, que engloba a Arquitetura e Planejamento Urbano, mostrava interesse pelos desdobramentos dos espaços edificados sobre o comportamento humano. Deste grupo originaram-se os pressupostos das edificações, que nem sempre eram aparentes, mas que constituíam aqueles ambientes. Outras contribuições do grupo acima mencionado foram à avaliação social da edificação e a preocupação com a participação do usuário (a fim de reconhecer seu ponto de vista) no processo de planejamento e avaliação ambientais. Segundo Pinheiro (1985), essa é a interface da Psicologia Ambiental mais desenvolvida no Brasil.

Já a segunda influência externa ficou por parte da Geografia que, de acordo com os autores Bonnes e Secchiaroli (1995), nos anos 40 já demonstrava interesse pelo que chamavam de *terrae incognitae* (terra desconhecida). Estes autores, entre outros que pertenciam ao mesmo segmento, consideravam importantíssimo o papel que os fatores socioculturais desempenhavam no comportamento espacial humano. Acreditavam, ainda, que este ajudava a definir a morfologia do território ao longo do tempo, incluindo a mediação dos processos de cognição espacial e de percepção ambiental na relação humano-ambiente. Ou seja, o ambiente físico poderia sofrer alterações de acordo com o modo como este era percebido pelas pessoas que atuavam sobre ele. Esses estudiosos estavam se aproximando cada vez mais de áreas antes estudadas apenas pela Psicologia.

Certa semelhança pode ser percebida com a abordagem piagetiana da cognição espacial, na qual a construção dessa cognição espacial se daria, num primeiro momento, presa a um espaço sensório-motor, mas que depois se relacionaria a um espaço operatório regido pelos espaços simbólicos e intuitivos. Um exemplo que pode ser citado no segmento da Geografia é o de Tuan (1980), que tem orientação fenomenológica e que criou o termo *topofilia* para descrever o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Trata-se de um termo de significado amplo, que envolve o poder de transformar um lugar em portador de emoções carregadas ou até mesmo num símbolo. Nele, a memória cultural e a inteligência emocional se unem para que, dessa forma, seja construída uma convivência com o ambiente. Esse autor foi de extrema importância para o campo da Geografia, uma vez que, com o termo acima citado, revela o ser geográfico e uma geografia muito mais humana.

Por último, mas não menos importante, existe a terceira influência para o surgimento da Psicologia Ambiental, as ciências Bio/Ecológicas. Ela emergiu em decorrência de uma crescente preocupação das ciências naturais pelo que chamavam de "problemas ambientais" e pelo papel que o ser humano possuía nesse contexto. Trazendo novamente o exemplo do programa internacional das Nações Unidas para o meio ambiente (MAB, ou *Man and Biosphere*), Bonnes e Secchiaroli (1995) mostram que a ONU deixou de ter um enfoque exclusivamente de ciências biológicas para ter uma concepção mais abrangente. Desta forma, os seres humanos não seriam apenas um "fator antrópico", isto é, suscetíveis de alterar a si próprios e ao meio. Ou seja, além das dimensões espacial e temporal, foi somada ainda a percepção ambiental, que foi definida de modo abrangente e caracterizada como um fenômeno psicossocial e, desta forma, implicaria em processos cognitivos e afetivos que estão ligados à representação do ambiente, tanto na esfera individual como na coletiva. Assim, homem e meio constituem-se mutuamente.

Fica claro, então, que a Psicologia Ambiental percorreu (e ainda percorre) um vasto caminho fora da própria Psicologia, mas isso ocorre ao mesmo tempo em que ela retorna a esta segunda. Trata-se, como é dito no título do capítulo, de uma costura de saberes. Saberes que no geral são vistos como separados, mas que constituem um só do ponto de vista dessa área. Nesse retorno à Psicologia, pode ser afirmado que

A progressiva convergência de interesses que deu origem à Psicologia Ambiental sofreu também a ação de forças que, atuando dentro da Psicologia, conduziram setores desse campo de conhecimento a gradativamente considerar aspectos molares, não só do ambiente social, mas também do ambiente físico, em sua inter-relação com pessoas e grupos. Nesse processo de tentar compreender melhor o inter-relacionamento entre processos psicológicos e aspectos do ambiente, duas grandes tradições teóricas em Psicologia se viram envolvidas: a Psicologia da Percepção, que define o ambiente principalmente em termos físicos e perceptuais, e a Psicologia Social, caracterizada por um ponto de vista mais molar (Pinheiro, 1997, p. 385).

O autor James Gibson (1979), traz sua teoria ecológica como um dos elementos do primeiro grupo mencionado acima, enfatizando o papel exercido pelos fatores físico-concretos do ambiente. Por outro lado, a escola de *Princeton* apoia uma tradição transacionalista, que dá preferência a fatores individuais e subjetivos, pois consideram aquele que percebe e a realidade percebida como partes que não funcionariam isoladamente.

Já a Psicologia Social contribuiu, inicialmente, por meio da obra de Kurt Lewin (1965). Este foi criador do termo *ecologia psicológica* e, além disso, o fomentador da famosa equação: $C = f(P \times A)$, que faz parte de sua Teoria de Campo que tem origem no pensamento da Gestalt. Para ele, o campo seria o conjunto dos fatos concebidos como interdependentes. Pessoas (P) se comportariam (C) diferentemente de acordo com o modo em que as tensões (representadas pela multiplicação presente na fórmula) da percepção do *self* e do ambiente (A) são trabalhadas. Desenvolvida a partir dessa visão, a Psicologia Ecológica de Roger Barker (1968) é considerada como uma das mais importantes vertentes que vieram a formar a Psicologia Ambiental.

Grande parte dos psicólogos, quando olham essa equação proposta por Kurt Lewin enxergam o “P” bem maior, enquanto que o “A” é deixado de lado, quase esquecido. Ou seja, para eles a pessoa é figura, e o ambiente fundo. Já a maioria dos arquitetos, geógrafos, planejadores urbanos, pensam de forma diferente. Tais profissionais olham para essa fórmula de uma forma invertida: o “A” passa a ser visto em primeiro plano, como figura, e o “P” é que passa a ser quase esquecido, como fundo. De acordo com Pinheiro (2005), o grande desafio que se apresenta hoje é conseguir enxergar “P x A” como uma unidade. Sem que um se sobressaia ao outro. No entanto, ele alerta que para conseguir enxergar “P x A” como figura, é

necessário descobrir o que deve ser visto como fundo. Ele sugere que a noção de sustentabilidade seja encarregada de ocupar esse espaço, pois esta proporcionaria um “referencial para o binômio pessoa-ambiente”. Mesmo se tratando de uma noção vaga, ela dá suporte à mudança que está sendo buscada, fazendo com que um campo antes considerado puramente psicológico quebre suas barreiras e englobe sem preconceitos os aspectos das relações humano-ambientais e, também, o que o autor chama de “o ambiental”.

Outro pensamento que descende das ideias de Kurt Lewin é a noção de *ecologia do desenvolvimento humano*, de Urie Bronfenbrenner (1979). Este criou um enfoque psicossocial cuja repercussão ultrapassa os limites dos estudos de desenvolvimento humano, pois o processo proximal é bidirecional, ou seja, toda e qualquer relação interpessoal que aconteça dentro dele são recíprocas. Logo não há fator ou fenômeno que se sobressaia a outro.

É justamente essa bidirecionalidade que leva os autores Günther e Rozestraten (2005, p. 2) a colocarem que o que distingue a Psicologia Ambiental das áreas que lhe serviram como raízes é o apego que a primeira tem ao lugar e como o indivíduo se coloca diante dos elementos do seu ambiente. Neste caso, acredita-se no ambiente como uma “variável antecedente central” que não pode ser retirada de nenhum estudo feito sobre os fenômenos psicológicos.

É possível perceber que essa “dupla personalidade” supracitada, atribuída à área, traz consigo pontos positivos e negativos. Entre os pontos positivos ressalta-se o distanciamento (ou pelo menos a tentativa de distanciamento) da fragmentação da ciência, que dificulta uma resposta à altura dos problemas ambientais que se apresentam atualmente; e entre os pontos negativos se encontra a dificuldade da área em chegar a consensos sobre questões de base, como por exemplo, se esta trata-se ou não de uma subdisciplina da Psicologia, o que dificulta na consolidação do tema. Diante dessas características, faz-se necessário discutir a multiplicidade temática e metodológica da Psicologia Ambiental.

1.2 Diversidade de Abordagens

Nos últimos anos, a Psicologia Ambiental vem tentando superar deficiências com relação ao conhecimento e paradigmas da Psicologia em face dos problemas ambientais. É possível perceber essa preocupação na obra de autores

como Gärling e Evans (1991), que trouxeram, em sua obra “Meio Ambiente, da cognição e ação: uma abordagem integrada” certa preocupação em unificar abordagens tradicionalmente separadas, como cognição e comportamento, em sua relação com o ambiente. Já Demick e Wapner (1990) procuraram reconhecer de que formas a Psicologia Ambiental poderia contribuir para a interface humano-ambiental. Ou seja, há uma tentativa de afastamento do paradigma cartesiano, predominante na Psicologia da época, para unir visões até então consideradas separadamente no intuito de atender demandas que não estavam sendo sequer reconhecidas.

Há ainda aqueles que afirmam que “a Psicologia Ambiental estuda a pessoa em seu contexto, tendo como tema central as inter-relações – e não somente as relações – entre a pessoa e o meio ambiente físico e social” (Moser, 1998, p.121). Dessa forma, a dinâmica entre homem e ambiente deixaria de ser vista como uma relação de causa e efeito. Essa crença lança diversas questões a respeito da maneira como estas “inter-relações” são abordadas. Este seria um motivo para que, ao longo de sua história, esta área da Psicologia tenha apresentando diversas vertentes.

Existem duas abordagens extremas na Psicologia Ambiental: uma experimental, que estuda o comportamento humano de acordo com os pressupostos da Psicologia Experimental, que envolvem testes e monitoramentos que dizem respeito, entre outras coisas, à percepção do homem com relação ao ambiente, separando-os; e outra, que diverge da operacionalização da primeira, que realiza uma análise sistemática da inter-relação pessoa-ambiente, sem nenhum privilégio das partes isoladamente, pois ambas se complementam, assim como em um sistema. É possível, ainda, outra subdivisão da Psicologia Ambiental em quatro abordagens: a *individualista*, a *interacionista*, a *organísmica* e a *transacionalista* (Valera, 1996).

A abordagem *individualista* diz respeito ao indivíduo como foco, ficando a cabo da Psicologia seu estudo em termos de processos mentais ou psicológicos. Com relação à abordagem *interacionista*, acredita-se que há interação entre a pessoa e o entorno, mas esses são tratados de maneira separada. Dessa forma, a Psicologia fica responsável pela predição e controle dos processos psicológicos, enquanto que disciplinas como a geografia, a biologia e a arquitetura se responsabilizam por estudar o entorno. Já na perspectiva *organísmica*, acredita-se que há interação de elementos da pessoa e de seu entorno. Esses fazem parte de

um todo que é maior que a soma de suas partes, levando a Psicologia a estudar sistemas dinâmicos e holísticos em que se dão complexas relações. Por fim, a abordagem *transacionalista* (ou transacional), identifica a pessoa e o ambiente como aspectos de uma unidade de análise e não como partes ou elementos separados. Sendo essa a visão que será utilizada ao longo deste trabalho.

Com relação aos métodos utilizados, são crescentes, na Psicologia Ambiental, as pesquisas realizadas em uma abordagem de multimétodos, que significa a utilização de dois ou mais métodos de pesquisas escolhidos de acordo com o objeto a ser estudado. Essa prática tem se tornado popular no intuito de diminuir a possibilidade de um resultado enviesado nas pesquisas, aumentando os aspectos a serem investigados. Isso pode acontecer porque há uma grande variedade de disciplinas que interagem com a Psicologia Ambiental, e cada uma delas teria sua própria gama de métodos possíveis. Por isso é importante que se apliquem métodos que abordem diferentes elementos do objeto, como também possuam uma forma de interligar os resultados encontrados por cada um (Brewer & Hunter, 1989). O pensamento por trás dessa colocação é o de que se a Psicologia Ambiental nasce de diversas áreas distintas, seu(s) objeto(s) de estudos não poderão ser observados apenas de um ângulo, seja da Geografia, seja da Psicologia, ou de qualquer outra disciplina. Dessa forma, faz-se necessária uma metodologia que seja adequada a multiplicidade inerente ao próprio objeto de estudo.

Seguindo essa linha de pensamento, que trata da multiplicidade do que está sendo investigado, outra proposta é feita por Delabrida (2011). Ela incentiva o uso da pesquisa-ação como uma estratégia de pesquisa, pois, esta visa reunir no mesmo plano a teoria e a prática que, sabe-se, têm sido investidas de forma separada. Segundo ela,

Esta perspectiva propõe que os pesquisadores investiguem problemas práticos do contexto social a fim de contribuir para sua resolução a partir de um entendimento teórico facilitador da compreensão do problema; desse modo, os resultados da investigação possibilitam a retroalimentação do processo investigativo (Delabrida, *op. cit.*, p.282).

Na Psicologia Ambiental essa estratégia se mostra na resolução de problemas que surgem na busca de compreender a relação pessoa-ambiente. É

proposto que se una a pesquisa básica à pesquisa aplicada, sendo a primeira dedicada aos problemas teóricos e a segunda aos problemas práticos/sociais. Trata-se de articular um estudo que aborde algum problema social ao próprio processo para solucioná-lo, assim a pesquisa-ação torna-se uma caminhada circular de coleta de dados a partir da qual é possível formular continuamente os objetivos do trabalho, as ações necessárias para desenvolver esse trabalho e, a avaliação dos resultados dessa mesma intervenção. Para que isso seja possível é imprescindível que esse processo seja feito numa inter-relação entre todos os envolvidos (pesquisadores, colaboradores, entre outros), fazendo sempre uso de feedbacks da intervenção. Tal procedimento implica em uma cooperação contínua entre todos os envolvidos, e pode basear-se nos princípios da dinâmica de grupo (as três fases de aquecimento, movimento e desaquecimento), onde as decisões são feitas e tratadas de forma pública. Desta forma, tanto as questões de valores quanto os objetivos e necessidades das partes envolvidas seriam levadas em consideração.

O alcance desse tipo de pesquisa é, portanto, pertencente a um grupo intermediário entre o nível microssocial (indivíduos e pequenos grupos) e o nível macrossocial (sociedade). Mas ainda há muito a ser debatido sobre o tema, pois, o modo como ele foi trazido para o campo teórico deixa dúvidas quanto a tratar-se de um método, uma estratégia de pesquisa, uma prática, ou até mesmo uma teoria, o que dificulta o aproveitamento de sua aplicação. Mas, para além desse debate que possivelmente ainda ocorrerá, tanto as colocações da pesquisa-ação quanto da abordagem multimétodos apontam para uma forma de pesquisa menos dura e mais maleável às necessidades das pessoas e meios onde elas vivem, além das questões que vão aparecendo no meio do caminho. É possível que ambas as possibilidades se direcionem à um modo de fazer pesquisa em que a ação seja um meio e não o fim em si mesma.

Mas as questões metodológicas de pesquisa não são as únicas a serem estudadas dentro da Psicologia Ambiental, muitos outros temas são debatidos. Para compreender a relação humana com o meio ambiente, em todos os seus níveis, por exemplo, faz-se necessário o conhecimento sobre as diferenças entre espaço e lugar trazidas por Tuan (1983). Para esse autor, é muito comum confundir as duas palavras. Ele afirma que o espaço diz mais respeito ao aspecto físico do ambiente. Algo concreto que tem por característica a exteriorização de suas partes. Trata-se de um elemento passivo que se materializa através do movimento. Além disso, seria

capaz de comportar qualquer coisa e qualquer ser. O espaço, então, assume uma característica interdisciplinar que pode ser estudada e avaliada por diversas áreas do conhecimento como Arquitetura, Geografia, Sociologia, Antropologia, Psicologia, entre outras. No entanto, é extremamente difícil falar do espaço por si só, isoladamente. Este serve como base para qualquer teorização acerca do homem e sua relação, afinal, a existência humana se dá no espaço.

Já a concepção de lugar do mesmo autor, seria identificada não só pelos seus limites físicos e concretos, mas sim por todos os valores intrinsecamente relacionados a ele. “O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” (Tuan, 1983, p. 6). No entanto, ele diz que o lugar pode ocupar apenas o plano imaginário como, por exemplo, a casa dos sonhos, que ainda pode vir a ser construída. A criação desse lugar seria um processo contínuo, pois este tem que refletir os valores daquele que o utiliza. É possível estudar isso na Psicologia através de processos como os de apropriação e identidade de lugar. Outro ponto trazido pelo autor é o fato de que um lugar pode até deixar de existir fisicamente, mas a ligação afetiva daqueles que o usufruíam faz com que ele permaneça em suas memórias. Ou seja, o que diferencia o espaço de lugar seria o sentido dado por aquele que o vivencia. O que reflete no conceito de *place attachment*.

Os autores Low e Altman (1992 *apud*. Elali e Medeiros, 2011) trazem o termo *place attachment* como uma combinação das palavras vínculo/ligação e lugar. Ele estaria relacionado a como as pessoas estão ligadas, tanto cultural quanto emocionalmente, ao ambiente em que vivem. Possuindo uma dimensão relacional (interação entre o envolvimento social cotidiano e as características do ambiente onde acontece); uma dimensão simbólica (conteúdo simbólico que faz a mediação no relacionamento pessoa-ambiente); e uma funcional (papel do espaço físico encorajando ou inibindo comportamentos).

No entanto, tal termo deve ser manejado com cuidado, pois, de acordo com Speller (2005), o conceito de *place attachment* envolve muitos outros conceitos como territorialidade, identidade de lugar, *topofilia*, identificação espacial, apropriação, sentido de lugar, e alguns outros que são bastante utilizados dentro da Psicologia Ambiental. Ou seja, não seria possível estudar um sem estudar todos os outros. Tudo isso vem a contribuir para a dificuldade de se compreender e utilizar esse termo.

Até aqui, tudo que foi apresentado leva à compreensão de que há uma inter-relação entre homem e meio ambiente, e que pensá-la é de extrema importância para compreender tanto um quanto o outro. Diante disso, Günther e Fragelli (2011) trazem a importância de se estudar o estresse ambiental como um desequilíbrio nessa ligação homem-ambiente. E, ao mesmo tempo, da consciência de que ele não se resume a fatores unicamente psicológicos. O estresse ambiental poderia ser explicado como um conjunto de reações a uma situação de desequilíbrio, visando dela sair. Nesse ponto, os autores afirmam que a organização do lugar (público e privado) está ligada ao aparecimento do estresse, o que não se dá apenas em situações excepcionais. Todas essas possíveis reações fazem parte do dia a dia de todos.

Em contraposição ao conceito de estresse ambiental, os autores Kaplan e Kaplan (1989) colocam que os elementos do meio ambiente, em comparação com os elementos urbanos, geram muito mais experiências restauradoras, que agiriam em cima das consequências físicas e psicológicas do estresse ambiental. O conceito de experiência restauradora deriva das noções de atenção voluntária e involuntária. A atenção voluntária seria aquela requerida por atividades que são necessárias, como estudar ou desenvolver algum trabalho, e que necessitam de algum esforço para ser executadas, o que poderia levar a uma fadiga mental. Esse é o tipo de atenção que é mais exigido no meio urbano. Após um tempo de atenção voluntária, o indivíduo precisaria de um período para renovar suas forças em um ambiente restaurador, onde apenas a atenção involuntária existisse.

Em seu texto *Affordance*, Hartmut Günther (2011) fala que a Psicologia Ambiental estuda a relação recíproca entre o comportamento humano e o espaço. E, para isso, traz duas abordagens que procuram estudar o ambiente como estímulo para o comportamento humano: valência e a mencionada no título de seu trabalho: *affordance*.

A primeira dessas abordagens emergiu no trabalho do psicólogo alemão Kurt Lewin e aponta para o valor subjetivo daquilo que nos cerca como, por exemplo, pessoas, eventos, objetos ou qualquer outro elemento que possa estar presente no espaço de vida de uma pessoa. Como foi falado, anteriormente, no primeiro tópico deste capítulo, Lewin via a interação do homem com o ambiente ocorrendo perpassada por forças que influenciariam o seu comportamento.

Tais forças que poderiam influenciar o comportamento seriam denominadas de valência. Dessa forma, valência seria o conjunto de dicas e/ou sinais que afetariam a percepção do sujeito de uma forma que o fizesse refletir acerca de seu papel. Ou, ainda, uma situação onde há uma interação entre sujeito e pesquisador que estimulam comportamentos que o pesquisador não estivesse buscando. Esse fato seria, então, uma valência que o pesquisador não levou em consideração na sua preparação.

A segunda temática cresceu no cerne ecológico da percepção visual e é chamada de *affordance*. Ela foi pensada e nomeada pelo psicólogo James J. Gibson (1979) no sentido de designar os estímulos oferecidos pelo ambiente a todos os organismos que interagem com ele. Mas esse é um conceito que implica numa relação estritamente recíproca entre eles, caracterizada pelo autor como uma complementaridade. Nas palavras de VandenBos (2007 *apud*. Günther, 2011, p.28), *affordance* seria a “qualidade de um estímulo ou objeto que define sua utilidade para um organismo”. Ou seja, elementos em comum, presentes nos espaços de uma pessoa e de um pássaro, por exemplo, podem ter uma *affordance* diferente para cada um deles. E, ao trazer a concepção de que existe um conjunto de *affordances*, ele propõe uma complementaridade entre animal e ambiente, pois, ao mesmo tempo em que o animal tem de se adaptar ao ambiente ele também modifica o ambiente para, desta forma, acomodá-lo de uma maneira que atenda o melhor possível as suas necessidades. Isso seria colocar o ambiente como um campo cheio de possibilidades. Possibilidades essas que são dadas, mas que precisam ser percebidas pelo indivíduo que é livre para vivencia-las ou não.

Há ainda o conceito de *behavior setting*, que expressa a relação de interdependência entre comportamento e ambiente e que é apresentado nesse trabalho sob o ponto de vista de Roger Barker (1968). Este continua como um dos braços teóricos/metodológicos do cenário atual da Psicologia Ambiental. Apesar do esforço desse teórico que visava evitar a separação total entre comportamento e ambiente, é possível notar pelas suas proposições que ele acreditava na possibilidade de se prever comportamentos com base na formulação do ambiente. Ou seja, sua teoria seria baseada numa concepção de causa e efeito, mesmo que ele tente conferir certa liberdade para essa relação entre comportamento e ambiente. Cada *behavior setting*, segundo o autor, teria seus limites espaciais e

temporais específicos, diferenciando-o dos demais. Tais limites, então, se desdobrariam em padrões ordenados de comportamento.

Outro tema recorrente na Psicologia Ambiental é o dos valores que estão ligados aos comportamentos ecológicos. Eles estão associados a como as pessoas enxergam o ambiente ao seu redor e como elas interagem com e no ambiente. Os valores representam tudo que é importante para que a relação entre os ambientes ocorra bem. O modo como a pessoa enxerga a natureza diante de suas necessidades, aspirações, desejos, entre outros está intrinsecamente ligado ao sentimento de pertença a determinado lugar. Por muitas vezes não são processos conscientes, uma vez que transcendem situações específicas. Schwartz (1992) divide esses valores em três grupos: os individuais (como hedonismo e auto direção); os mistos (como universalismo e segurança); e os coletivos (como tradição e benevolência). Para ele, a autotranscendência (universalismo e benevolência) está entre os valores ecológicos uma vez que, através dela, o indivíduo se preocupa com o bem-estar dos outros e da natureza.

É nos valores que se concentra outro foco da Psicologia Ambiental, que está relacionado às políticas públicas, com o conceito de desenvolvimento sustentável. Esse visa reunir questões da natureza e da sociedade, elementos antes separados. Ariane Kuhnen (2011) coloca que o desenvolvimento sustentável procura

[...] 1) a promoção da proteção ambiental; 2) a adoção de uma visão mundial (distribuição das riquezas entre os países mais e os menos desenvolvidos); 3) a preocupação com o equilíbrio entre o presente e o futuro; 4) a busca de integração entre diferentes componentes do desenvolvimento econômico; 5) a afirmação do desenvolvimento sustentável como uma meta característica inerente a qualquer projeto (Kuhnen, *op. cit.*, p. 174).

Para isso, a autora salienta que é necessária uma grande carga de mudanças no comportamento individual e social, o que envolveria o desenvolvimento de práticas que sensibilizem os indivíduos para as questões ambientais. Parece que um dos maiores complicadores para que o desenvolvimento sustentável seja bem-sucedido é, justamente, o fato de a humanidade ter esquecido que questões ambientais são, por natureza, questões sociais. Não há equilíbrio

entre aquilo que o homem almeja (crescimento econômico) e aquilo que ele precisa harmonizar (sua relação com o meio ambiente).

Desenvolvimento sustentável é um conceito fundamentalmente político que visa servir de referência às políticas públicas. Para Godard (1997), ele tem um objetivo-chave na formulação de políticas a níveis regionais, nacionais e também internacionais, que é a busca de soluções viáveis para os problemas emergentes. Essa seria uma forma de levar as pessoas a se responsabilizarem pelo ambiente ao seu redor (e tudo que nele está incluído) e, portanto, daquilo que a elas acontece. Ou seja, a mudança deve vir tanto a nível micro quanto macrosocial.

Esse tipo de desenvolvimento é parafraseado por Ignacy Sachs (1993) como eco desenvolvimento, e envolve cinco dimensões: sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural; sendo todas cinco extremamente necessárias para a existência de um eco desenvolvimento, ou desenvolvimento sustentável. Ou seja, não seria suficiente para a humanidade focar apenas na economia ou apenas na ecologia. Trata-se de um novo paradigma a ser aplicado nos setores público e privado, assim como individual. Daí vem a necessidade de alguns autores trazerem a importância de ações que incentivem a educação ambiental. Para dar um exemplo, Pol (2002) fala da urgência em se aumentar o número de programas que tenham ações voltadas para a promoção de mudanças de comportamentos.

Um termo bastante investigado em relação com o desenvolvimento sustentável é o de gestão ambiental, que tenta trazer para dentro das organizações (públicas e privadas) os princípios do primeiro. Ela parte da ideia que o abuso na extração de recursos naturais se excedeu tanto que, agora, faz-se necessário uma mudança de enfoque na produção, exploração e até mesmo oferecimento de serviços por parte das empresas e indústrias.

Campos (2011) fala de ferramentas que podem trazer a variável ambiental para o âmbito das organizações. São elas: sistemas de gestão ambiental (SGA), análise do ciclo de vida (ACV), eco inovação, educação ambiental e a eco eficiência.

A análise do ciclo de vida é uma ferramenta que permite que emissões ambientais sejam quantificadas, ou que seja feita uma análise do impacto ambiental de um determinado produto, sistemas ou processo. Essa análise deve ser feita com relação a toda a vida de um desses produtos, desde o seu início (como por exemplo, desde a extração das matérias primas) até o final da vida (quando deixa de ter uso e

é descartado), devendo passar por todas as etapas entre esses dois polos (manufatura, transporte, uso). Já a Educação Ambiental, segundo essa mesma autora seria um processo de reconhecimento de valores e esclarecimento de conceitos que visa ampliar atitudes que ajudem o homem em sua relação com o meio. Pode ainda assumir um compromisso de mudança social e individual, promovendo uma nova ética social. A eco eficiência, por sua vez, pode ser obtida por uma união entre o fornecimento de bens e serviços sustentáveis que tenham preços competitivos e que satisfaçam as necessidades humanas. Dessa forma, ela promove a redução dos impactos ambientais e de consumo de recursos naturais. Com relação à eco inovação, a autora fala da urgência que existe em inovar e antecipar mudanças de uma forma que se mantenha em pauta o desenvolvimento sustentável nas práticas institucionais. Trata-se de uma nova estratégia que busca conciliar a competitividade econômica e a coesão social sem esquecer-se de tratar tais questões de uma forma ambientalmente sustentável. Uma definição para a eco inovação seria a produção, a assimilação ou a exploração de um produto, processo produtivo, serviços, gestão ou método de negócio de alguma forma novo para aquela organização e que tem como resultado uma diminuição no risco ambiental, poluição ou impactos negativos do uso de recursos. Por fim, os sistemas de gestão ambiental fazem parte do sistema geral da empresa que visa conscientizar, comprometer, organizar e revisar tudo aquilo que diz respeito ao ambiente. Tudo isso em prol de avaliar e controlar os impactos ambientais de suas atividades, produtos ou serviços.

Segundo Campos (2011), o ponto chave da gestão ambiental é a identificação e adoção dos valores ambientais por parte dos membros da instituição em questão. Seria necessário

Fomentar comportamentos pró-ambientais nas organizações [...] aplicar os princípios do desenvolvimento sustentável, promovendo consciência ambiental interna, mudanças de valores, atitudes, crenças. Evidentemente, dependendo do nível de abrangência da política ambiental, esta poderia contemplar outras dimensões, ultrapassando os limites organizacionais (Campos, *op. cit.*, p. 205).

É aí que Psicologia Ambiental entra, pois, lidar com o fator humano é a parte mais difícil da gestão ambiental. Ela vem contribuir para entender a relação homem-ambiente e, assim, ajudar na promoção das condutas ecológicas dentro das

organizações. É possível perceber, então, que é de grande importância promover o valor ambiental juntamente à gestão ambiental no intuito de unir forças e não cair no erro de focar em apenas um fator. A Psicologia Ambiental evitaria a formação de radicalismos e favoreceria uma perspectiva holística que considerasse a solidariedade inter e intrageracional do desenvolvimento sustentável dentro das instituições.

No decorrer dessa longa jornada teórica, brevemente apresentada nesse tópico, é possível observar o crescimento do interesse pela área nas relações pessoa-ambiente, a julgar pela quantidade de trabalhos, tanto nacionais quanto internacionais, que vem sendo publicados.

O mais interessante é perceber a mudança continua no foco desses trabalhos não como uma inconstância, mas como uma busca no sentido de ter uma compreensão cada vez mais ampla em relação ao tema. Se os manuais de Psicologia Ambiental dos anos 70 forem consultados, é possível notar a predominância de temas relacionados à influência do ambiente sobre as pessoas, o que é uma contribuição importante da área, mas que não abrange muitas das possibilidades interpretativas em relação ao fenômeno do existir no mundo. Por outro lado, a reciprocidade das inter-relações pessoa-ambiente também esteve presente desde as primeiras publicações no campo (Pol, 1993; Stokols, 1978), o que pode ser visto como um movimento em procura de uma visão holística acerca da existência humana. Diante dessa variedade de temas (alguns deles sendo inclusive contraditórios) dentro de uma área tão recente, faz-se necessário mostrar como a área tem se comportado nos últimos anos e apontar qual enfoque será utilizado no decorrer deste trabalho.

1.3 Como se mostra hoje

Hoje, a Psicologia Ambiental pode ser definida como uma “[...] disciplina que tem por objeto o estudo e a compreensão dos processos psicossociais derivados das relações, interações e transações entre as pessoas, grupos sociais ou comunidades e seus entornos sociofísicos” (Valera, 1996, p.2). Teria, então, o sentido de uma compreensão de processos sociais que facilitam a aproximação entre Psicologia Ambiental e Psicologia Social ou, até mesmo, Psicologia Comunitária.

Ou seja, por razões teóricas e práticas próprias, mas também tentando responder aos anseios estabelecidos socialmente com relação aos problemas ambientais, a Psicologia Ambiental vem realizando um movimento buscando considerar, também, mais enfaticamente, a ação das pessoas sobre os ambientes. Isto significa assumir integralmente a interdependência pessoa-ambiente proposta primeiramente por Lewin em sua equação. Assim, a pessoa não mais só reage aos ambientes, mas também atua neles em função de planos, objetivos, intenções, preferências, expectativas etc. (Veitch & Arkkelin, 1995). Pinheiro (2005) coloca que, nos últimos anos, os esforços feitos para a aproximação da Psicologia com outras disciplinas para melhor atender as demandas ambientais, têm sido feitos – em maior parte – pelas áreas externas à Psicologia, como é o caso da Arquitetura e Urbanismo. Para o autor, uma das maiores dificuldades da Psicologia Ambiental no Brasil é a divisão existente entre aqueles que a investigam. Enquanto parte desses profissionais acredita na definição de um campo específico e independente dentro da Psicologia, outros acham que essa temática deveria ser apresentada em todas as subáreas que já existem, e outros, ainda, pensam ser melhor alojar tal tema em algum campo interdisciplinar de conhecimento. No entanto, ele acredita que existem várias psicologias ambientais:

Em primeiro lugar, temos pessoas que se classificam como de Psicologia Ambiental, mas nitidamente fazem um trabalho de Psicologia; que elegeram tópicos relacionados direta ou indiretamente às questões ambientais, sendo essa a grande parcela de trabalhos na área. É a Psicologia que se volta para as questões ambientais. Em um segundo tipo, há o que eu chamaria de “o estudo dos aspectos psicológicos presentes nas interações humano-ambientais”, ou seja, a ênfase é nas relações humano-ambientais, e o recorte, psicológico. No terceiro caso teríamos aquilo que aqui no Brasil passou a se chamar de ‘o Ambiental’, uma definição vaga não por acidente, uma caracterização bem ampla para poder arremeter profissionais de diferentes formações (um exemplo deste caso poderia ser a recém criada ANPPAS, Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambientes e Sociedade) (Pinheiro, 2005, p. 109).

A participação de profissionais em cada um desses modelos vai depender de algumas variáveis como o propósito desses profissionais, de características individuais de cada um, da formação teórica e profissional dos mesmos, entre outras.

Em sua fala, depois revertida para texto, “Um discurso sobre as ciências” (1988), Boaventura de Souza Santos fala que a humanidade encontra-se em um momento de transição de paradigmas. Ele inicia falando de um paradigma de ciência totalitária e que esse vem abrindo espaço para um novo paradigma. Afirma que a visão no campo teórico atual ainda é a mesma do século XIX, ou seja, onde estão as raízes do paradigma vigente, que propaga a ideia do mundo quantificável, no qual as coisas precisam ser divididas e classificadas para serem conhecidas. Mesmo diante dessa semelhança, existe algo que ele considera diferente. Para o autor, as condições sociológicas e psicológicas de perguntar são bem mais complexas do que na época em que o atual paradigma começou a se formar. É bem mais difícil, agora, questionar-se sobre os benefícios e malefícios envolvidos no uso do automóvel, e em como este afeta o ambiente e a forma de ser do homem, quando vive-se num mundo onde a maior parte da população vive uma relação de dependência com esse meio de locomoção.

A questão que se coloca é que este paradigma vigente já não se sustenta como antes. Cada vez mais, nos meios de comunicação, enfatiza-se o colapso que ações humanas vem causando no meio ambiente. E seria ingenuidade acreditar que tudo permaneceria do mesmo jeito. Diante de uma situação delicada como esta, vem surgindo, como o autor supracitado mencionou, um novo paradigma que não põe barreiras entre o conhecimento científico e o conhecimento do senso comum, além de não separar o homem da natureza. Fica claro que, pelo modo como a Psicologia Ambiental surgiu, ela poderia ser compreendida nesse novo paradigma proposto pelo autor supracitado.

Assim como a Psicologia de uma forma geral, a Psicologia Ambiental vem enfrentando certa dificuldade em lidar com suas diferentes concepções teórico-metodológicas. Concepções essas que surgiram da criação de estratégias e ferramentas que pudessem dar conta, tanto no meio acadêmico quanto na prática, dessa inter-relação entre homem e ambiente (Moser, 2005).

Quando se parte para uma visão sistêmica do assunto, é possível perceber que pessoa e ambiente não são separados e que ambos se constituem mutuamente. Isso faz com que a Psicologia Ambiental precise considerar uma gama variada de elementos: os componentes físicos, como arquitetura, decoração e temperatura; os componentes não físicos, como aspectos psicológicos ou pessoais dos indivíduos; e, por fim, mas não menos importantes, os aspectos sociais,

culturais, econômicos e políticos (Campos-de-Carvalho, Cavalcante, & Nobrega, 2011). As mesmas autoras ainda defendem que as dimensões citadas são parte de um todo que precisa ser analisado de uma forma molar, pois, estudando um desses aspectos é necessário levar em consideração ao menos a existência de todos os outros.

Para Rivlin (2003), mesmo que os sujeitos não tenham consciência da influência recíproca entre eles e o ambiente cotidiano, isso não significa que os mesmos não estejam sendo afetados. O autor ainda diz que esse ambiente é experienciado pelo indivíduo como um todo, sem que haja um impedimento para que cada dimensão seja observada separadamente. Além disso, considera que a natureza fenomenológica de cada experiência proporciona um “sentido de campo unitário”.

Partindo dessa percepção, Elali e Peluso (2011) comentam que a realidade do momento atual é muito complexa para ser compreendida de uma forma fragmentada. A noção de totalidade é perdida no meio de tantas pessoas que sabem muito sobre determinada coisa. Não há uma visão globalizante que dê um sentido a todos esses “pedaços” de saberes. Tratando dos fenômenos pessoa-ambiente, é possível perceber que há uma gama tão variada de fatores que torna necessária a interdisciplinaridade para que se possa entender de uma forma mais abrangente todos eles. Cada vez mais pesquisadores se dão conta das vantagens do conhecimento compartilhado para entender a trama de temas que se entrecruzam e que precisam de uma visão mais ampla para ser compreendidas. Trata-se de ter uma visão sistêmica sobre os vários fenômenos do mundo. Além disso, as autoras colocam que a interdisciplinaridade é mais um processo do que um fim a ser alcançado e

[...] não é categoria de conhecimento, mas de atividade, de ação; conduz a um contínuo movimento entre o perguntar e o duvidar; exige a definição de uma base conceitual bem estruturada, porém flexível; não tem como resultado apenas uma síntese, mas várias sínteses, cuja interpretação exige grande esforço coletivo; resulta do desenvolvimento das próprias disciplinas (Elali & Peluso, 2011, p. 231-233).

No entanto, diversos fatores dificultam a execução desse tipo de pesquisa. Para os autores Günther, Elali e Pinheiro (2008), uma dificuldade adicional

foi a adição dos termos multidisciplinaridade e transdisciplinaridade. Elali e Peluso (*op. cit.*) tentam, brevemente, diferenciá-los entre si:

[...] [o conceito de interdisciplinaridade] está relacionado ao estudo de um tema de modo conjunto sob a perspectiva de duas ou mais disciplinas, inclusive com o desenvolvimento de instrumentos de pesquisa específicos; [...] [o conceito de multidisciplinaridade] é relativo à realização de um estudo voltado para a procura de pontos de vista provenientes de várias disciplinas, quer sejam complementares quer sejam opostas entre si; [...] [o conceito de transdisciplinaridade] corresponderia ao entendimento de um tema como pertencente a mais de uma disciplina ou área de conhecimento, perpassando-as (Elali & Peluso, 2011, p. 233).

Mesmo com todos esses conceitos, a palavra-chave na Psicologia Ambiental é interdisciplinaridade, pois essa é a estratégia que ela utiliza para integrar as várias visões que são trazidas por suas pesquisas. Além disso, é muito difícil de pensar o objeto de estudo e trabalho da Psicologia Ambiental sem se basear em diferentes áreas do conhecimento, uma vez que seu próprio surgimento ocorre do encontro de áreas externas e internas à Psicologia. Mas o que essa tenta buscar, de fato, são novos questionamentos e propostas de trabalho que proporcionem um novo e mais amplo entendimento da realidade.

Para tanto, o trabalho do geógrafo Milton Santos (1997), é de grande importância. Em seu livro intitulado “A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção” ele discorre sobre o conceito de espaço, usufruindo da participação de alguns psicólogos ambientais. No livro ele fala de dois conceitos que ajudam na hora de trabalhar as questões ambientais e suas características psicológicas, sociais e espaciais: o par tecnosfera e psicofera. Para ele, tecnosfera seria o meio técnico-científico, o mundo informacional, aquele que reinterpreta os espaços para atender aos interesses de cada um; já a psicofera seria habitado pelas ideias, crenças, paixões, e seria nela que ocorreria a produção de sentido que daria sustento a tecnosfera. Dessa forma ter-se-ia em mãos um ciclo, no qual seria a tecnosfera que produz os materiais para que a psicofera aja sobre eles e os transforme em conteúdos da mente que, por sua vez, sustentariam a tecnosfera.

Pinheiro (2005) sugere que se vá na direção contrária à da herança deixada pelo modelo médico à Psicologia. Para isso seria necessário estudar o comprometimento ambiental ao invés da preocupação ambiental. Isso porque o que realmente importa à Psicologia Ambiental (no sentido de promover algo) é o

comprometimento das pessoas em relação ao ambiente a sua volta, e não sua preocupação. Para ele, “a Psicologia vive dizendo que, para se ter qualidade de vida, deve-se reduzir o estresse, evitar preocupação. Devemos, portanto, estudar e incentivar o comprometimento, e não a preocupação” (p. 110). Ele acredita que para que a Psicologia Ambiental atinja seus objetivos, é necessário trabalhar de forma indutiva. Ou seja, localizar os bons exemplos, aqueles que foram bem-sucedidos em seu comprometimento ambiental e fazer disso um aprendizado. Bem-sucedido aqui seriam aqueles que, apesar de todas as cobranças sociais e econômicas conseguem, de fato, desenvolver atitudes de comprometimento ambiental como reciclar o lixo, fazer coleta seletiva, entre outras características.

Tendo isso em vista, é possível que agora essa disciplina psicológica siga na direção de não apenas compreender a complexa interação dos seres humanos e seu meio ambiente, mas também de agir e desenvolver estratégias e ferramentas válidas para a intervenção que possam contribuir para uma mudança significativa na maneira como o ser humano se relaciona com o planeta e com toda a vida nele existente.

Buscando contribuir para essa caminhada, e tendo conhecimento de que a visão transacionalista da Psicologia Ambiental descende (entre outras) da filosofia de Heidegger (Pol, 1996), esse trabalho tenta abordar a importância do espaço na obra do filósofo e, também, como uma aproximação de sua obra às questões ambientais pode lançar uma diferente luz sobre a relação homem-ambiente.

A vertente transacionalista da Psicologia Ambiental foi escolhida para este trabalho por ser compreendida como aquela que vê a relação homem-meio ambiente de forma mais aberta e abrangente, não dicotomizando os dois. Dessa forma, ambos passam a ser estudados conjuntamente, enfatizando a reciprocidade das inter-relações pessoa-ambiente (Stokols, 1995). Ou seja, ela dá uma relevância ao entorno como parte da construção de si das pessoas, e vice-versa. O que é válido para todos os níveis ambientais: desde os microambientes (como a casa de cada um) até os macroambientes (como as comunidades e o meio urbano). Com relação a esse segundo nível, percebe-se a importância da participação da comunidade nas intervenções ambientais, principalmente no que diz respeito à gestão e o planejamento urbano. Ela envolve a afetividade e apropriação de espaço, o que pode ser visto na relação estreita que existe entre os moradores e seus espaços sociofísicos. É dessa forma que os espaços são significados e, por se tratar

de um fenômeno complexo, sua abordagem fragmentada é desencorajada. Dessa forma, abordar o tema a partir de uma visão transacionalista é olhar para o fenômeno da existência levando em consideração tanto aquele que existe quando onde ele existe, sendo ambos indissociáveis. Tal modo de pensar foi adotado como guia da escrita deste trabalho pois mostra-se de forma à facilitar sua leitura sob a luz do que é apontado por Heidegger, autor apresentado no capítulo seguinte. O que é feito no intuito de que compreenda-se melhor o posicionamento deste trabalho em considerar homem e ambiente como partes de um mesmo fenômeno.

FENOMENOLOGIA EXISTENCIAL E O HABITAR

Neste capítulo pretende-se dialogar com a fenomenologia existencial, desenvolvida por Heidegger, na tentativa de trazer contribuições para pensar, de outro modo, o habitar do homem no e com o mundo. Mas, para isso, faz-se necessário apresentar (mesmo que brevemente) dimensões importantes de seu pensamento que possam contribuir para o trabalho.

A questão de Heidegger (2001) não era voltada para o homem, mas sim ao sentido de ser, tomando como ponto de partida o *Dasein* (modo de ser do homem) enquanto ser-aí (aquele cujo ser é, sempre existindo) no mundo. Essa ontologia, enquanto pergunta direcionada ao ser, é chamada pelo autor de hermenêutica. A partir desse pensamento, não é possível explicar a existência, apenas compreendê-la a partir de si mesma. Nela, há um processo de auto interpretação do ser-aí: aquele que interpreta e aqueles que é interpretado, em um só. Esse seria o papel da hermenêutica: levar o ser-aí a um auto estranhamento e abrir-lhe a possibilidade de compreender-se (a partir desse estranhamento) enquanto existindo no e com o mundo.

Esse conceito de mundo irá permanecer ao longo das obras de Heidegger, e tem como importância o caráter indissolúvel na relação mundo e ser-aí (ser-no-mundo), representados através da palavra existência. Existe, portanto, uma identificação entre a espacialidade do mundo e do ser-aí. Essa espacialidade fática pode ser vista como a interpretação do entorno a partir do ocupar-se, do habitar no mundo. Isso atribui ao conceito um caráter de encontro, uma vez que se efetiva numa rede de fenômenos intramundanos onde cada coisa remete a alguma outra. Esse caráter de encontro, segundo Saramago (2008), é o que dota o mundo de *significatividade* (*Bedeutsamkeit*). A significatividade é o modo como esse encontro acontece, de forma inerente ao mundo. É nesse encontro que ocorre a abertura do ser-aí: aquilo que está diante de nós, traz consigo todo o resto.

O mundo cotidiano é o mundo que está ao nosso redor e, a significatividade é o que Heidegger chama de “estar às voltas com as coisas”, ocupar-se dessas coisas. Para esse autor,

O 'entorno' não se determina, de modo algum primário-ontologicamente a partir de um ser-colocado-ao-lado-um-do-outro e de ser-colocado-em-torno-um-do-outro, nem a partir de contextos geométricos, mas é o entorno do voltar-se [para as coisas] mundanas, [delas] ocupando-se. Há a possibilidade de se interpretar o significado ontológico do ser-em-um-mundo e do ser-no-interior-de-um-mundo. O ser-no-mundo não significa estar aí entre outras coisas, mas significa: ocupando-se do em-torno do mundo encontrado, demorar-se nele. O modo propriamente dito do ser mesmo em um mundo é o *cuidado*, enquanto produzir, aprontar, tomar posse, impedir, preservar-da-perda, etc. O que está ligado ao em-torno é a medianidade, a publicidade do viver. A vida se expressa mundanamente nas ocupações (Heidegger, 1999, p. 101-102; in Saramago, 2008, p. 44).

Essa forma de pensar posta em seu livro "Ser e tempo" (1989), e também trabalhada nas conferências que vieram a se tornar Os Seminários de Zollikon (2001), parte de uma compreensão do ser-aí que requer uma mudança de visão com relação ao que é posto enquanto subjetividade. Trata-se de compreender o existir humano de uma forma outra ao que a tradição filosófica e científica faz. O autor rejeitava terminologias como "eu" e "sujeito" por a elas ter sido atribuído o sentido de ser simplesmente dado advindo da filosofia da consciência e da subjetividade. De acordo com Loparic (2002), esse conceito fundamental de ser-aí lança uma teoria que se baseia na "destruição" dessas outras teorias que tratam da subjetividade do sujeito. Nesse pensamento de ordem desconstrutiva, não poderia existir a separação entre sujeito e objeto.

É diante desse pensamento que aparece a crítica feita a noção de subjetividade presente nas teorias psicológicas, herdeiras da tradição moderna e cartesiana, que antes era apenas associada à interioridade psicológica e à vida íntima e privada. Tal concepção sofreu abalos, repercutindo não só no modo como a Filosofia trata o assunto, mas também, no modo como a Psicologia passa a compreender a constituição da subjetividade, abrindo espaço para a presença do outro e da intersubjetividade, presença também discutida pela fenomenologia existencial que desenvolve outro modo de se pensar o homem e o outro/mundo.

Para discutir tal temática retomam-se as reflexões desenvolvidas por Coelho Junior e Figueiredo (2004) ao apontarem que é muito recente a consideração do outro na constituição da subjetividade e, assim, também é recente a discussão acerca da intersubjetividade e seus desdobramentos nas pesquisas e práticas psicológicas, inclusive por questões éticas. Para eles, essa entrada da intersubjetividade nos debates da área opõe-se a maior parte da tradição filosófica moderna,

[...] que concebe o *Eu* como uma unidade auto-constituída, independente da existência de um *Outro* e de outros singulares e diferenciados. Opõe-se também à clássica oposição sujeito/objeto, marca epistemológica do pensamento moderno, que fez com que a noção de intersubjetividade fosse recusada e considerada sem interesse, principalmente para teorias, como as psicológicas, que pretendiam ser ciência (Coelho Junior, N. E.; Figueiredo, L. C., 2004, p. 10).

A partir desse pensamento, os autores trazem uma nova caracterização do conceito de experiência da intersubjetividade que surge de quatro diferentes matrizes que funcionam como “figuras organizadoras” dessas dimensões intersubjetivas. A primeira é a intersubjetividade *trans-subjetiva*, que é abordada por Scheler (1874-1928), Heidegger (1889-1976) e Merleau-Ponty (1908-1971), que será melhor definida mais à frente, uma vez que norteará a compreensão de subjetividade a ser trabalhada no presente capítulo. A segunda, a intersubjetividade *traumática*, trazida por Lévinas (1906-1995), aborda a alteridade como irrupção e acontecimento traumatizante, pois o outro, concreto e singular, me precede e me traumatiza. Com isso ele me constitui, tornando a alteridade traumática porque produz fraturas e exige um trabalho constante em processos permanentes de inadaptação entre eu e outro. A terceira matriz, denominada de intersubjetividade *interpessoal*, e que foi trabalhada por G. H. Mead (1863-1931) se desenvolve a partir de uma lógica dialética na qual não se pode ter acesso a si e/ou a sua consciência, ou seja, não se pode ter um Eu, sem a mediação do outro e de suas respostas a gestos e ações que desempenho. A quarta matriz, por sua vez, chama de intersubjetividade intrapsíquica, debatida por Freud (1856-1939), Klein (1882-1960), Fairbairn (1889-1964) e Winnicott (1896-1971), refere-se ao plano das instâncias do psiquismo (Id, Ego e Superego), ou seja, ao plano dos objetos internos. Assim sendo, a experiência intersubjetiva ocorre por meio de uma rede de relações com

objetos no plano intrapsíquico (mesmo que esses objetos, em algum momento, tenham tido suas referências externas) que, como objetos internos, possuem leis de funcionamento desconhecidos ao mundo externo. No entanto, os autores pontuam que tais matrizes não devem ser vistas como dimensões de alteridade que ocupam de forma pura o campo das experiências humanas, e que elas devem ser percebidas como elementos simultâneos nos processos de elaboração subjetiva.

A primeira das matrizes mencionadas acima, a trans-subjetiva, é abordada como uma experiência de uma espécie de solo de acolhimento e sustentação. E é desse solo que surge a alteridade como constituinte das experiências subjetivas. Trata-se, para os autores citados, de uma “modalidade pré-subjetiva de existência” (p.10). A exemplo disso, são citados três diferentes pontos de vista. Em um deles, mostra-se que, para Scheler (1923/1971), não é possível conhecer o outro por seu corpo ou sua consciência, mas apenas por meio de suas expressões manifestas, através das quais somos feitos “um” junto ao corpo. Isso aconteceria em um campo inaugural de indiferenciação primitiva. Já na obra de Heidegger, é possível encontrar a formulação de uma analítica existencial que caracteriza uma prévia compreensão do mundo, de forma que a condição de ser lançado no mundo é sempre constitutiva de nossas experiências. O mundo é, portanto, um campo de possibilidades interpretativas que constitui as condições de nossas experiências. A alteridade aparece aqui como sendo a presença constitutiva do outro que-não-eu que, sendo, faz com que eu possa vir a ser o que sou. Uma outra teoria pode, ainda, ser incluída nessa matriz: Merleau-Ponty e sua “concepção sobre a origem das relações intersubjetivas, do contato do corpo com o mundo, e com o corpo de outros” (p.11). Em sua obra final, esse autor aborda o corpo como sendo o solo primeiro das experiências no mundo. Ele prega uma quase indiferenciação que, ao mesmo tempo pressupõe uma distância, em nível das singularidades, que é própria do corpo de sua relação com outros corpos. Dessa forma, cada uma das três visões aqui abordadas mostra que essa matriz intersubjetiva considera a alteridade como algo anterior, inclusive à possibilidade de um eu que possa se opor e se relacionar com o outro.

Lembrando a ressalva feita por Coelho Junior e Figueiredo, de que cada uma dessas matrizes se complementa, é possível afirmar que a intersubjetividade passou a ser problematizada através de um permanente debate, uma vez que a clássica identificação, outrora utilizada, entre subjetividade e interioridade tem

perdido sua consistência. Dessa forma, o ser humano deixaria de ser compreendido como uma unidade “auto-constituída”, que se forma de maneira independente da existência de outros ao seu redor. Tal pensamento, que tem por base a cisão entre o mundo interno e externo, é uma forma de mostrar-se da tradição platônica-cartesiana, a ser superada pelas compreensões apresentadas.

Para tentar refletir sobre esse impasse, a autora Carmem Barreto (2011) propõe seguir a proposta de Benjamin (1892-1940), que fala da noção de limiar. Nele, as operações intelectuais são inscritas num registro de movimento e transição. Movimento este que revela as impossibilidades que marcaram o pensamento em seu registro sistemático. Ou seja, há uma ruptura que é interpretada como indicação de movimento, ou de novos modos de pensar. Para Barreto, é nesse momento de ruptura e movimento que o pensamento de Heidegger pode contribuir. Para ela, o autor mencionado apresenta, em sua obra, uma compreensão filosófica da modernidade que ressalta o modo como as formas de relação do homem com o mundo e com os outros homens está sendo ditada pela ciência e pela técnica moderna, levando a um processo de objetificação da existência humana. Isso colocaria em xeque outros conceitos filosóficos importantes para a constituição da Psicologia, entre os quais está a subjetividade.

Nas palavras de Heidegger:

As teorias psicológicas surgem sob a pressão da tradição, porque a tradição nada conhece além do caráter do ser da substancialidade e da objetificação e da coisificação, o que nem sempre precisa ser tão grosseiro como na escolástica, com sua colocação de uma eterna substancia da alma (Heidegger, 2001, p. 229).

Para compreender melhor essa crítica do autor ao conceito tradicional de subjetividade - fundamento das teorias psicológicas modernas -, é importante conhecer a crítica que desenvolve a hegemonia do pensamento, moderno, denominado como metafísico. O pensamento originário, iniciado por Heidegger, partindo da questão da diferença ontológica entre ser e ente, busca apreender o real não mais dualisticamente, modo de pensar característico da metafísica e do positivismo. Para esse autor, é na metafísica que surge o pensamento dualista (segundo o modelo platônico-cartesiano). Na época de Platão, tal pensamento era voltado para a dicotomia entre aquilo que era real e o que era aparente, já nos

tempos modernos, Descartes levou essa dicotomia além, ganhando uma cobertura epistemológica baseada na diferenciação sujeito/objeto. De acordo com Heidegger (2007), o engano desse pensamento está no fato de que, no interior dessa metafísica moderna, a subjetividade seria determinada a partir de uma essência da verdade enquanto “certeza”. Por esse motivo, o autor nomeia a metafísica moderna de “metafísica da subjetividade”.

Para Vattimo (1996), a ontologia fundamental de Heidegger seria uma reflexão filosófica que questiona os ditos fundamentos que não são abordados pela metafísica. Para o autor, esse pensamento “procura encontrar um autêntico fundamento da própria metafísica” (p.59). E, para que seja possível resolver esse problema, faz-se necessário questionar o ser do homem que, enquanto ser jogado no mundo, destinado a poder-ser, não pode ser apreendido pelos esquemas propostos pela metafísica. O modo de pensar metafísico, constituído pelo modelo dualístico, fixa-se na apreensão constante do ente e não se volta para o ser como ser, ou dito de outro modo, para o ser do ente.

É nesse cenário, onde o ser é reduzido em teorizações e definições, que Heidegger desenvolve outro modo de pensar. Na predominância do pensamento metafísico pregava-se que apenas o conhecimento científico era verdadeiro. Ou seja, tudo aquilo que não pudesse ser verificado cientificamente não tinha valor algum. Indo de encontro a essa visão, Heidegger (1999) teve como pretensão tentar descrever os fenômenos do mundo tais quais eles se mostram, ou seja, como são percebidos em seus modos de aparecimento. Fez então uma grande crítica ao “delírio” de onipotência das ciências, surgido desse tipo de pensamento positivista descrito anteriormente.

Desse modo, ele rompeu com a atitude que era imposta à sua época, propondo em seu livro “Ser e tempo” (2001), o pensar de uma nova forma o que acontece no mundo. Assim, sua proposta pode ser vista como uma forma de “preparar o solo” para a emergência de outros modos de pensar o mundo e a realidade.

Para compreender melhor esse posicionamento de Heidegger e como seria possível traçar um ponto de conversação entre sua obra e a Psicologia Ambiental, no intuito de atender as demandas que surgiram com a crise ambiental na qual nos encontramos, objeto de estudo da pesquisa empreendida, será feita uma breve reflexão acerca de momentos em seu pensamento, que se divide em

dois momentos. Nos capítulos posteriores, seguindo essa breve apresentação, será realizada a tentativa de apresentar outra possível leitura da Psicologia Ambiental, dialogando com o pensamento de Heidegger, tendo como norte as narrativas realizadas na pesquisa de campo e a compreensão tecida pela pesquisadora.

Após este esclarecimento, retoma-se o percurso proposto na tentativa de apreender o caminho percorrido por Heidegger pois este é de grande importância para que o habitar (questão em sua obra de maior relevância para este trabalho) seja melhor compreendido, assim como as compreensões que foi elaborando sobre o ser do homem e do mundo. Para tanto se recorre a Oswaldo Giacóia Jr. (2013, p. 42) “o aporte heideggeriano para a filosofia deve ser indicado por dois termos de inesgotável riqueza expressiva: superação (*Überwindung*) e torção (ou distorção, *Verwindung*) da metafísica”. Onde superação seria o primeiro momento, representado pela analítica da finitude (ou fenomenologia da existência) no qual há uma desconstrução das categorias metafísicas, do pensamento positivista. Sendo esse o fio norteador, desse primeiro momento nessa dissertação, além das noções de cuidado e de angústia enquanto finitude de planos realizados. Já o segundo momento, denominado de torção/distorção (onde ele passa a discutir a história da verdade do ser), teria o sentido de ultrapassar o primeiro momento, ou seja, um vínculo e uma responsabilidade são assumidos com o pensamento que é ultrapassado. Para esse momento, o fio norteador apontado seria a questão do habitar e como ele se apresenta no mundo de hoje, dominado pela técnica moderna.

2.1 Primeiro Momento: Heidegger e a analítica da finitude

O ponto central na primeira parte da obra de Heidegger é a pergunta pelo sentido do ser. Essa pergunta surge (designada pelo autor como fundamental) em função da crise das ciências, do paradigma vigente, que foi anteriormente mencionada. Partindo desta pergunta, questiona a compreensão do existir humano como algo simplesmente dado ou como objeto encerrado em si. Nessa direção, todas as representações usadas pela Psicologia para designar o existir humano são substituídas por uma nova compreensão - o ser-aí no mundo significando “um manter aberto de um âmbito de poder-apreender as significações daquilo que aparece e que lhe fala a partir de sua clareira” (Heidegger, 2001, p. 33). Mundo, aqui, compreendido enquanto algo que se dá em uma rede de sentidos previamente

dada. “Nesta perspectiva, o mundo não é a soma das coisas, mas condição para que apareçam as coisas individuais, para que estas sejam” (Vattimo, 1996, p. 30). Para Rocha (2011), a co-originalidade do *ser-aí* do Mundo – visto que Mundo é condição originária do poder-ser (*ser-aí*) – rompe com o esquema de dualidade homem/mundo por não apresentar um privilégio de constituição entre um e outro.

O *ser-aí* é ser-no-mundo, que é mais do que se situar no mundo como uma coisa entre as outras coisas. Consiste em apreensão das possibilidades que se lhe apresentam, mantendo-se aberto em uma “tripla estrutura existencial” que é composta pela disposição afetiva, a pré-compreensão e a linguagem. Rocha (2011) começa falando da disposição afetiva a partir da qual as coisas se mostram e afetam o *ser-aí*, sob certa luz e certo colorido. Em seguida ele fala da pré-compreensão, que se constitui no “pré” que possibilita a tematização das possibilidades projetadas na compreensão. E, por fim, ele comenta sobre a linguagem, que regula a exteriorização daquilo que afeta o indivíduo e por ele foi interpretado. Essas três dimensões da abertura do *ser-aí* estariam então, entrelaçadas.

Corroborando com tal perspectiva, ressalta-se as estruturas ontológicas da existência discutidas por Vattimo (1996). Em tal direção, o autor retoma que, para Heidegger, o *ser-aí* já está no mundo sempre em uma determinada tonalidade (disposição) afetiva, compreendendo. Compreensão aqui não diz respeito exclusivamente a um ato de intelectualização, mas, antes, de uma afetabilidade. Assim, pode-se compreender “que o *ser-aí* se encontre sempre e originariamente numa situação afetiva” tal condição “não é um fenômeno que ‘acompanhe’ simplesmente a compreensão e a interpretação do mundo”, mas refere-se à afetabilidade como sendo “ela mesma uma espécie de pré-compreensão mais originária do que a própria compreensão” (Vattimo, 1996, p. 38). Entre as disposições afetivas mais originárias, Heidegger destaca a angústia, visto que essa lança o *ser-aí* na direção de sua condição originária de poder-ser e ser-para-a-morte (ser-finito), que existe faticamente em um tempo e num espaço. E para tanto, tem como tarefa mais originária, “cuidar de ser”. Enquanto cuidado, o *ser-aí* revela-se em dois modos de ser-no-mundo-com-os-outros: o primeiro é nomeado de substituição dominadora (ocupar-se) e um outro de preocupação libertadora (Heidegger, 1999, p. 174). Isso porque, em seu existir, o homem “sempre cuida de uma diferença frente

aos outros”. Diferença essa que é nomeada pelo autor de espaçamento (*op. cit.* p. 178).

No primeiro modo de convivência, o homem se entrega à tutela alheia, deixando de se responsabilizar por si mesmo. Acerca desse homem, que vive sob a tutela dos outros, Heidegger diz que “não é ele próprio que é, os outros lhe tomam o ser” (p. 179). Já o homem que se preocupa é aquele que libera o outro para que cuide de si mesmo. Desse modo, a preocupação do ser-aí (homem) se antepõe ao outro para que assim possa “devolver-lhe” o cuidado de si mesmo.

Quando o ser humano relaciona-se com as coisas que estão ao alcance de suas mãos, é possível dizer que o cuidado se mostra sob a forma de um ocupar-se com essas coisas. Essa forma de cuidado é chamada por Heidegger (1957 *apud*. Rocha, *op. cit.*) de *Besorgen*, que pode ser traduzido como ocupação. Ou seja, dessas coisas o ser humano cuida na medida em que delas se ocupa, inserindo-as em seu projeto existencial.

Mas não só de coisas o ser-aí vive cercado, ele também vive no mundo com outros que têm um modo de ser semelhante. Em relação a esses, o cuidado toma uma dimensão diferente, mais aproximada da solicitude ou da preocupação. Em outras palavras, com relação a esses semelhantes o ser humano não apenas se ocupa, mas também se preocupa. Dessa forma ele dirige sua atenção e cria laços afetivos de solicitude e dedicação. Ou seja, na ocupação se lida com objetos, já na preocupação e solicitude se lida com o outro como aquele junto a quem me constituo.

Nesse sentido, a ontologia fundamental de Heidegger seria, segundo Giacóia (2013, p. 51), “a tentativa de desconstrução da metafísica e de elaboração da analítica da finitude, tendo como ponto de partida uma fenomenologia hermenêutica das estruturas fundamentais do ser-o-aí”. Isso porque, para o autor, o pensamento ocidental metafísico enredou o homem num modo de ser objetificado, no qual apenas ocupa-se irrefletidamente das coisas do mundo. Enquanto que Heidegger (1999) propõe uma hermenêutica na qual se pode pensar o Ser em suas estruturas fundamentais e, assim, preocupar-se solícitamente com a existência.

O ser-aí, compreendido por Giacóia através de duas estruturas ontológicas, consiste em existir na exterioridade (enquanto intencionalidade, aquele que percebe), na abertura, em meio às possibilidades. “A fenomenologia é uma

analítica do ser-o-aí⁵, tal como este se manifesta em sua estrutura ontológica” (Giacóia, 2013, p.66), ou seja, como ele se apresenta no cotidiano. E é através da hermenêutica proposta por Heidegger (*op. cit.*) que torna-se possível essa analítica da condição do ser-o-aí. Para o mesmo autor, ser-o-aí é ao mesmo tempo, o que nos é mais próximo e mais distante. Mais próximo pois “somos nós mesmos que existimos como tal” e, mais distante enquanto “conhecimento de nossa essência” (*op. cit.*, p. 67). Ou seja, apesar de caber a nós existir, jamais teremos um ser definitivo, mas sim aberto na temporalidade. “Na terminologia de ser e tempo, o ser-o-aí é aberto a possibilidades indeterminadas de ser, como projeto [...] lançado [...] no mundo, e tem de assumir-se, inclusive em sua possibilidade mais radical, como ser-para-a-morte” (*op. cit.*, p. 68).

Para Heidegger (1999) é aí que a metafísica apresenta sua limitação, uma vez que o pensamento que gerou e que tenta determinar o homem para poder entendê-lo, não dá conta do ser do homem, uma vez que este é aberto e indeterminado. Isso porque ao ser-aí não cabe o “é”, mas sim poder-ser/estar-sendo. Ou ainda, o ser enquanto nada, nada no sentido de não ser definitivamente nada (fechado), mas sim de estar sempre aberto para tudo que não é, mas pode ser.

Esse primeiro momento do pensamento de Heidegger é de grande importância para o caminhar deste trabalho, pois é a partir dele que se torna possível compreender o homem de uma maneira não objetificadora. Ele abre caminho para uma interpretação do homem em sua totalidade, em seu finito (por está fadado a terminar no momento da morte) processo de co-constituição junto ao mundo e aos outros. Caminho esse que realça a compreensão do homem enquanto cuidado, de si e do mundo. Em outras palavras, essa estrada percorrida pelo pensamento heideggeriano leva a uma abertura para questões outras acerca do que ele vai chamar de história da verdade do ser.

2.2 Segundo momento: Heidegger e a história da verdade do ser

⁵ São utilizados nessa parte do trabalho os termos “ser-aí” e “ser-o-aí”, ambos referem-se ao *Dasein*. A diferença está na tradução, sendo que o primeiro é resultado da tradução direta da língua alemã, enquanto que o segundo foi utilizado pelo autor por este traduzir da língua francesa.

Foi visto no tópico anterior que a fenomenologia ontológica da existência, ontologia fundamental, ou analítica da finitude, rompe com a tradição da filosofia ocidental (desconstrução da metafísica). “O pensamento pós-metafísico de Heidegger assume a tarefa de refletir sobre a “essência” do homem, tal como esta se determina em relação à verdade do ser, em um tempo histórico no qual a expansão planetária da tecnologia parece fazer periclitatar tal essência” (Giacóia Jr., 2013, p. 10). Para tanto, Heidegger (1997) abre o seu texto “A Questão da Técnica” dizendo que questionar constrói um caminho de pensamento. Para ele,

Questionamos a técnica e pretendemos com isso preparar uma livre relação para com ela. A relação é livre se abrir nossa existência (*Dasein*) à essência da técnica. Caso correspondamos à essência, estaremos aptos a experimentar o técnico (*das Technische*) em sua delimitação (Heidegger, 1997, p. 375).

Para o autor supracitado, a técnica deixou de ser uma forma de desvelar o modo-de-ser das coisas para se tornar um novo modo de “verdade”. Ele critica o desenvolvimento tecnológico compulsivo, irrefletido, que buscamos para resolver nossos problemas e que acaba nos enclausurando. Ainda, para o autor, é preciso permitir que a coisa seja, num movimento de velamento e desvelamento (mostrar-se e em sequência ocultar-se novamente) contínuo que, segundo ele, é um retorno à concepção originária de verdade (*Alethéia*), na história grega. De acordo com esta visão, a verdade estaria não no homem, mas no ser do homem, na abertura para ser do homem. Ainda de acordo com Heidegger, a essência da técnica não é algo que se resume à tecnologia moderna e seus pressupostos. Mas também não é algo que possa ser baseado no total abandono dessa técnica.

O homem não pode abandonar essa técnica uma vez que, para Heidegger (1997) a essência da técnica é a essência e o destino do ocidente. Estamos imersos e instruídos por essa tradição metafísica e, por isso estaríamos impossibilitados de ver a partir de um ângulo diferente do que estamos habituados. A técnica, juntamente a ciência, transforma a arte na estética vazia, e o fazer humano em cultura também vazia. O processo da técnica herda um asseguramento, ou uma certificação de que determinada atividade poderá ser sustentada e repetida sempre que necessário. Certificação e asseguramento, aqui, entendidos como meio de evitar o inesperado, a abertura que é inerente ao existir. Esse processo técnico é

norteado pelo que Heidegger (2000) chama de pensamento calculante: “O pensamento que calcula nunca para, nunca chega a meditar. O pensamento que calcula não é um pensamento que medita (*einbessinnliches Denken*), não é um pensamento que reflete (*nachdenkt*) sobre o sentido que reina em tudo o que existe (Heidegger, 2000, p. 13). E, segundo ele, este é um pensamento que avança cada vez mais, se tornando um modo único e legítimo de pensar.

Para Heidegger, todos os caminhos de questionamento (pensamento) “passam de modo incomum pela linguagem” (p. 42). O que nos permite entrar em um outro ponto abordado no segundo momento do autor, no qual ele trata da questão do pensar, do meditar, que, para ele, não é separado do agir. O único pensar que é separado do agir é aquele que já foi capturado pelos dispositivos da racionalidade técnica, o pensar da impropriedade. Voltar à obra de Nietzsche (1844-1900) foi um fator decisivo para a “viravolta” do pensamento de Heidegger. Nesse momento ele passa a se preocupar menos com a analítica da existência e assume uma forma meditativa acerca da história da verdade do ser. Ele propõe um exercício permanente de reflexão que envolve a sobriedade – lucidez e autorreflexão –; liberdade em relação as ilusões de onipotência em que estamos enredados; e, capacidade de renunciar à tentação do uso compulsivo do poder tecnológico.

A linguagem seria, aqui, a morada do ser, meio pelo qual o homem habita o mundo. Assim, o pensar estaria a serviço dessa linguagem. Giacóia (2013) fala, então, de um distanciamento/aproximação entre o pensar e o poeitar: “pensar e poeitar são duas modalidades de dispor o pensamento a serviço da linguagem, duas maneiras de habitar po(i)eticamente a linguagem” (p. 46). A partir dessa observação, (re)aprender a pensar só é atingível através de um diálogo com a poesia, que recupera a essência da linguagem. Para Heidegger ainda não (re)aprendemos a pensar pois ainda não compreendemos essa essência da linguagem. De acordo com o autor

O logos, essa habitação que a linguagem oferta ao pensamento, constitui o elemento que reúne o filosofar e o poeitar. Reunir é coligar, vincular, também corresponder: são verbos que evocam eros, mas também lembram a atividade de recolher, a ação de *Legein* (coligar, coligar), própria do logos (verbo, palavra, razão) (Giacóia, *op. cit.*, p. 47).

O pensar da lógica, proposto pelo pensamento positivista, é derivado daquele produzido na história da metafísica. É dessa forma de pensar que advém o

esquecimento do ser e da essência do pensar como correspondência. Nesse sentido o pensar assume um caráter autônomo diante do agir e do operar. E é esse tipo de pensamento que está na base da técnica moderna que, segundo Heidegger (1959), se apresenta como o modo de ser do homem ocidental, herança do pensamento metafísico. E que concebe o mundo como objeto sobre o qual o modo de pensar calculante e tecnicista investe. O que transforma a natureza “num posto de abastecimento gigantesco, numa fonte de energia para a técnica e a indústria” (Heidegger, 1959, p. 19). A natureza é concebida como fonte inesgotável de recursos que podem ser explorados a qualquer preço e modo, visto que o poder oculto da técnica marca a relação do ser do homem (contemporâneo) com tudo aquilo que existe.

É assim que, segundo a autora Dulce Critelli (2002), os entes deixam de ter seus sentidos próprios para se tornarem meros objetos, reservas à disposição do homem. Isso também faz com que o homem veja a si mesmo como um objeto. Desde Platão e Aristóteles o ser vem sendo tratado como a ideia dos entes, o que, para a mesma autora, faz com que a ciência queira “significar um procedimento através do qual se assegura a veracidade de uma ideia ou conceito” (*op. cit.* p. 37). Sempre no sentido de fornecer segurança, de ter como real apenas aquilo que pode ser apreendido por esse processo metodológico. Depois de passar pelas lentes do pensamento calculante, o real passa a ser re-presentação do real. O real como ideia do real. Para a autora, o que Heidegger coloca é que temos há muito tempo procurado o domínio do ente. E ao mesmo tempo em que construímos a técnica, estamos jogando-a para a frente como nosso destino. E, dessa forma, ao longo desse caminhar histórico, esquecemos o ser (igualamos ser ao ente).

Critelli (*op. cit.*, p. 39) diz que “esquecemo-nos que o ser é tudo: o que falamos, o que projetamos, o que cuidamos, mas sua consistência é a de um vapor [...]”. E que, por isso, para nosso destino, uma determinação é sempre impossível. Isso porque a técnica não sabe lidar com o esvaziar-se do ser (finitude). Com isso, Heidegger nos diz que “o ser é o possível do mundo e de nós mesmos, mas um possível entregue aos nossos cuidados e sob nossa responsabilidade” (2000. p. 40). Ou seja, é necessário que cuidemos de nossas possibilidades.

Cuidar de ser é, então, cuidarmos da nossa própria destinação histórica: como os indivíduos exclusivos que cada um de nós é, mas ao mesmo tempo em conjunto, pois a humanidade não nos é dada apenas no

singular, mas também no plural; não existimos, co-existimos (Critelli, 2002, p. 41).

Para que isso se torne possível, um caminho que pode ser seguido é o de entrega do ser ao seu poder-ser, abandonando o domínio sobre o ente. E, dessa forma, ouvir um chamado diferente daquele que vem do controle da realidade como esta se mostra. Seria também do reconhecimento da abertura para o que é inaudito e desconhecido (*aventura*). Ao nos fornecer mapas de comportamentos homogeneizantes, a técnica nos substitui em nossa responsabilidade de lidar com a verdade do ser, que consiste no mistério. Ela “substitui-nos naquilo que mais nos caracteriza em nossa humanidade, segundo Heidegger, que é cuidarmos de ser”. (Critelli, 2002, p. 42). Essa autora, então, propõe uma nova ética através da qual seria possível olhar por nossa responsabilidade do cuidar de nosso destino histórico. Nessa nova ética, faz-se necessário abrir-se para aquilo está às escuras, aquilo que não está dado. É estar disposto a se responsabilizar por si próprio mesmo na falta de garantias. É decidir, livremente, o que fazer com a própria existência.

Essa parte do pensamento heideggeriano faz-se necessária para essa pesquisa a partir do momento em que percorre o caminho do questionamento sobre como o homem tem se afastado do pensamento meditante e, dessa forma, também tem se afastado do seu modo mais próprio de ser. Tal pensamento favorece o caminhar dessa dissertação, uma vez que ela tem como objetivo refletir sobre os modos como a técnica moderna, associada ao pensar calculante, tem influenciado as formas de existir do homem no mundo. A importância em compreender essa parte do caminho percorrido pelo pensamento heideggeriano reside na possibilidade de começar a entender como homem e mundo tem se relacionado. E, quem sabe, a partir de então, traças outros caminhos.

2.3 O habitar em Heidegger

Em sua tese de doutorado, que foi publicada como livro intitulado *Topologia do Ser* (2008), a autora Ligia Saramago coloca que o espaço é abordado, na obra de Heidegger, como algo de que não se pode desviar ou sequer encontrar algo que lhe seja anterior. No início de sua reflexão, Heidegger pensou o espaço vinculado a lugar (lugares do mundo), mas mudou de dimensão em 1947 com a

expressão (que intitula o livro de Saramago) “A Topologia do Ser”. Termo esse que, para a autora, está associado ao final da filosofia de Heidegger quando, ao aprofundar sua segunda fase, após a chamada viravolta, ele está pensando o lugar do ser ou o ser enquanto lugar (não no sentido geográfico, mas da linguagem). Saramago afirma que é a partir daí que “[...] a pedra angular de seu pensamento, a questão do ser – cujo sentido e verdade haviam se constituído como momentos temáticos fundamentais até então – começava a ser pensada em termos de lugar” (p. 20). E, assim, lugar, espaço e linguagem passaram a configurar, para Heidegger, a mesma questão.

Para Saramago, por mais que o cerne da questão do espaço, em Heidegger, esteja no livro “Ser e tempo”, é de grande importância trabalhar o caminho que o autor trilhou para chegar em tal ponto, uma vez que é possível encontrar traços essenciais de seu pensamento tardio, ao longo desse caminho. A autora cita dois textos que considera importantes para esse caminho: “Ontologia (Hermenêutica da facticidade)” (1999), e “Prolegômenos para a História do Conceito de tempo” (1979). Estes seriam fundamentais no projeto filosófico que é encontrado em “Ser e tempo”. É neles que o método fenomenológico-hermenêutico ganha alguma nitidez, definindo o ambiente no qual se apresentam temas centrais do pensamento de Heidegger. Nesse momento da obra de Heidegger, só é possível compreender a questão do espaço quando compreende-se a tarefa que ocupou o autor nesse começo: o resgate da questão do ser. A partir das possibilidades que se abrem pela pergunta sobre o sentido do ser, o autor questiona-se sobre o papel desempenhado pela dimensão espacial da existência, até então considerada apenas como espacialidade fática.

Em “Ontologia (Hermenêutica da Facticidade)”, Heidegger apresenta, já em seu título, as bases para o seu pensamento, incluindo a questão do espaço. Ontologia, enquanto pergunta endereçada ao ser, é aqui vista como indicador da facticidade. De acordo com Saramago (*op. cit.*), “[...] o existir fático determina um modo de compreensão da existência que já se dá no interior e a partir de si mesma, de tal forma que esta nunca pode ser contemplada ‘de fora’, como um objeto perante um sujeito” (p. 29). Ou seja, apenas aquele que experiência pode compreender sua própria existência. A facticidade é aqui entendida como algo que precede o ser-lançado do homem e o designa a experimentar a si mesmo. Assim, a vida fática seria a nossa própria existência, o estar no aí que somos.

Ontologia é então colocada, no título da obra mencionada, como uma hermenêutica dessa facticidade, o que para a autora resulta num paradoxo, uma vez que a facticidade possui uma resistência a qualquer compreensão sobre si. A partir desse pensamento, não é possível explicar a existência. Apenas compreendê-la a partir de si mesma. Nas palavras da autora,

A conexão entitativa entre hermenêutica e vida fática define o *Dasein* como um permanente tomar consciência de si a partir de si mesmo, um compreender-se como possibilidade que se torna consciente de seu ser-possibilidade num processo desencadeado no interior dos fenômenos e na concretude dos fatos (Saramago, 2008, p. 31).

A autora descreve aí uma imersão espaço-temporal, mas o que essa imersão tem a ver com a visão de Heidegger sobre o espaço? Se o ser-aí está imerso em sua vida fática, ele compreenderá a espacialidade a partir daquilo que lhe é mais próximo, a partir de suas referências iniciais. Referências iniciais são interpretadas aqui como as coisas que o cercam, e que serviriam na configuração, não apenas de seu próprio lugar, como também serviriam na hora de compreender as regiões que se estendem para além de si ou para além dessas coisas. Além disso, o ser-aí nunca está dentro ou fora de algum lugar, sendo ele mesmo importante para a configuração desses lugares. Para Saramago (*op. cit.*), “no que se dissolve a separação entre sujeito e objeto, a relação interior-exterior é também reconsiderada: o sentido do ser é abarcante, e recusa uma compreensão de ‘dentro’ e ‘fora’ como instâncias separadas” (p. 32).

Isso significa o ser-aí enquanto abertura, e abertura enquanto lugar no qual as fronteiras se desfazem. É por isso que, na obra de Heidegger, a questão do habitar é tão ampla: por não haver fronteiras entre o dentro e o fora dos espaços, a espacialidade estabelecida através do ser-aí é caracterizada pela fluência. Pertencer a um lugar faz parte do processo de auto compreensão da existência. O que leva a uma dualidade, uma vez que a existência é perpassada pela sensação de “não estar em casa”. O que pode ser visto tanto como uma força contrária à auto compreensão, como também uma maneira de manter a abertura do ser-aí.

Partindo para o texto “Prolegômenos para a história do conceito de ser” (1979), Heidegger mostra um dos motivos que o fez seguir um caminho diferente ao

proposto por Husserl (1859-1938). Para Heidegger, a redução eidética⁶ desconsideraria a “particularidade e a individualidade das experiências vividas, próprias da existência fática” (p. 35), uma vez que, com ela, Husserl pretendia “chegar a uma consciência pura e absoluta dos fenômenos” a partir de uma “consciência factual baseada na chamada atitude natural” (p. 34). Assim, Heidegger encontrou o que consideraria contradições internas no projeto husserliano, o que o fez sentir necessidade de elaborar sua própria ontologia. Nessa ontologia, ele transfere a sua atenção do conceito de consciência para o de existência (ou conceito de ser).

É justamente esse incomodo com a teoria de Husserl que faz com que Heidegger se aproxime da hermenêutica de Dilthey (1833-1911). Esse segundo não considerava o homem a partir de um ponto de vista puramente científico, mas sim como alguém que vive num mundo e está envolvido com ele a partir do momento em que age sobre ele.

A importância do elemento ‘mundo’ repousa no fato de que, como afirma Gadamer, este foi, desde o início, um dos conceitos hermenêuticos mais fundamentais no pensamento de Heidegger, por constituir a totalidade referencial na qual o *Dasein* [ser-aí] se encontra inserido e a origem de todo o sentido e compreensão possíveis para ele (Saramago, 2008, p. 36-37).

Existe também uma afirmação de Heidegger na qual ele diz que não é possível compreender o fenômeno do mundo a partir de um procedimento que tenha as experiências enquanto atos isolados. O mesmo é possível ser dito acerca da espacialidade. No texto *Ontologia (Hermenêutica da facticidade)*, o autor cita o exemplo um ‘encontro’ no qual uma pessoa, simplesmente estando em casa, depara-se com uma mesa. A pessoa pode optar por uma compreensão do real mais exata e supostamente imparcial, mas que a isola de seu contexto original. Nesse encontro a mesa é definida como “*uma coisa espacial e material*”: cor, tamanho, formato, seu aspecto de uma forma geral. Essa forma de interpretação, para o autor, pode abrir algumas possibilidades de acesso ao seu sentido, mas é incompleta.

Uma segunda forma de compreensão proposta por Heidegger é descrita por Saramago:

⁶ Também conhecida como redução à ideia e consiste em analisar a ideia para encontrar sua essência.

Antes de tudo, a mesa está *na casa*, *no* lugar de habitação, *onde* desempenha um papel específico na vida de seus habitantes: nela se escreve, se come, se costura; está situada junto à luz, onde se tornam visíveis os arranhões em sua superfície. Esses arranhões não são propriedades do material do qual foi feita a mesa, mas sinais de que crianças andaram brincando sobre ela. Em torno dessa mesa houve, um dia, uma discussão, uma importante decisão foi tomada na companhia de um amigo e uma solenidade familiar foi celebrada (2008, p. 46).

Esse segundo modo de compreensão atende à significatividade que constitui o próprio ser-aí mundano e que condiciona a natureza de nosso encontro com o mundo. Existem aspectos mais profundos em cada objeto que só podem ser conhecidos indo além de uma relação meramente utilitária, o que de acordo com a autora só é possível no espaço compartilhado da habitação.

Em prolegômenos o problema da espacialidade é abordado de forma mais detida, assim como ocorre em “Ser e tempo”. Ao longo do parágrafo intitulado “A Espacialidade do Mundo”, o espaço é tratado no contexto da mundaneidade. Para Heidegger (1979), isso significa que a multiplicidade de coisas encontradas nos lugares não seria incidental, mas sim um *contexto referencial*.

Esse contexto referencial é uma *totalidade fechada*. Esta é que mostra a partir de si uma peça individual de mobiliário. O quarto vem ao encontro não no sentido de que eu primeiro apreenda uma coisa após a outra e reúna esta multiplicidade das coisas para então ver um quarto. Ao contrário, eu primeiramente vejo uma totalidade referencial enquanto fechada, a partir dela a peça individual de mobiliário e o que é aí no quarto. Um tal mundo ambiente que possui o caráter de uma totalidade referencial fechada é simultaneamente distinguido por uma *confiabilidade* específica. O encerramento do todo referencial é fundado precisamente na confiabilidade, e essa confiabilidade implica que as relações referenciais são *conhecidas*. A ocupação cotidiana como o usar algo, como o trabalhar com, constantemente remetem a estas relações; todos nelas habitam (Heidegger, 1979, p. 252-253; in Saramago, 2008, p. 49).

Familiaridade seria, então, marca da realidade mundana, que não visa apreender ou incluir, possui apenas um caráter de encontro. Além disso o ser-aí se move sempre em meio a lugares comuns, coletivos. Nesse sentido, Saramago (*op. cit.*) fala que o mundo dos outros (também presente nessa coletividade) sempre é familiar ao ser-aí. Por mais que seja encontrado um ambiente nunca visitado antes, nele existirão sinais de ocupações humanas. Mas ela também coloca que nem tudo é familiar, e que muitas vezes o estranho também vem ao nosso encontro. Estranho

aqui é entendido como um obstáculo ao sentido das coisas, uma vez que ele não se relaciona de imediato ao entorno cotidiano.

Ainda assim ele faz parte da própria estrutura de encontro no e com o mundo, pois é esforçando-se para compreender o estranho que aparece a abertura para novas possibilidades de sentido. É essa estranheza que força o ser-aí a perceber ele mesmo. Estas são reflexões feitas por Heidegger que, embora nem sempre sejam explicitamente direcionadas a espacialidade, estão sempre presentes em sua obra. Isso porque, de acordo com sua obra, questionar-se acerca da existência só é possível a partir do estar no mundo. Assim, a própria palavra *Dasein* é uma demonstração disso: significa ser-aí, ser-no-mundo, ser existindo nesse mundo. Levar isso em consideração modifica não só a materialidade das coisas como também como os lugares são percebidos. Nesse sentido, para Heidegger (2001), a forma mais próxima de compreensão do ser-no-mundo seria apreender conjuntamente as relações existente entre as coisas. E, apenas assim, seria possível compreender o fenômeno do lugar. Isso pode ser percebido quando o autor coloca:

A proximidade direcionada de um instrumento significa que ele não ocupa meramente uma posição no espaço, estando à mão algures, mas que, como instrumento, já foi essencialmente acomodado e instalado, disposto e instituído. O instrumento tem o seu lugar, ou então 'está por aí', o que deve ser distinguido, em princípio, de ser apenas encontrado ao acaso em alguma posição no espaço. Cada lugar se determina como o lugar deste instrumento para..., como um lugar num todo de lugares reciprocamente direcionados e pertencentes ao contexto instrumental à mão no mundo ambiente. O lugar e a multiplicidade de lugares não devem ser interpretados como o 'onde' de qualquer ser simplesmente dado das coisas. O lugar é sempre o 'lá' e 'aí' determinados a que pertence um instrumento. Este pertencer a algum lugar corresponde ao caráter instrumental do que está à mão, isto é, corresponde ao seu pertencer a uma totalidade instrumental, conforme seus envolvimentos. Mas, em geral, o 'para onde' ao qual a totalidade de lugares de um contexto instrumental se remete, é a condição fundamental para o pertencimento a um lugar de um todo instrumental, enquanto algo que pode ser localizável. Este "para onde", que torna possível a um instrumento o seu pertencer a algum lugar, o qual, na circunvisão, temos à vista, diante de nós, em nosso lidar na ocupação, chamamos de região (Heidegger, 2001, p. 150).

Ou seja, para ele existe uma forte ligação entre ser e estar em seu lugar, o que leva o autor a falar em pertencimento ao lugar. É possível perceber então que,

ao longo da obra de Heidegger, o que ele questiona como sendo a “pergunta pelo sentido do ser” dá lugar à “pergunta pela verdade do ser” e, acaba caminhando para uma “pergunta pelo lugar ou pela localidade do ser”, que é de onde surge a denominação Topologia do Ser adotada por Saramago (2008) em seu livro.

Nessa linha de pensamento, o modo de ser do homem está intrinsecamente relacionado a sua mundaneidade, ou seja, ele existe enquanto ser-no-mundo. O homem é a medida em que habita esse mundo. Isso é o que o autor defende em seu texto: “Construir, Habitar e Pensar” de 1954, no qual vincula lugar ao habitar. Nele, Heidegger se pergunta o que seria esse habitar, como ele faz parte do ser do homem e, em que medida o construir pertence a esse habitar. Habitar, para ele, não se limita a viver em determinado local, uma vez que é possível morar num lugar e não habitá-lo de fato. Assim como também é possível habitar lugares que não nos servem como moradia. Desta forma, o habitar seria o fim a que leva todo construir responsável, refletido. Habitar e construir estão ligados, pois, construir através do pensar leva ao habitar.

No entanto, o que se vê nos dias de hoje é que estamos considerando as duas atividades como separadas. Construir deixa de ser o caminho que leva ao habitar e passa a ser fim em si mesmo, desconectado do pensar. O autor citado acima vai buscar uma fundamentação para isso na linguagem. Para ele, o homem se comporta como se fosse o criador e o dono da linguagem quando, na verdade, é ela que tem sido sempre a senhora do homem. Essa inversão da relação de domínio é, para ele, o que esconde o sentido do que é dito ao homem e pelo homem. Em outras palavras, temos, ao longo do tempo, esquecido o caráter indefinido da linguagem, nos apegando a determinados sentidos cristalizados para as palavras. No texto, ele procura o sentido da palavra construir em suas raízes na língua alemã: *Buan* (construir) significa também habitar. Nesse sentido, *Buan* (enquanto construir) significaria o modo como você é, eu sou, a maneira pela qual nós seres humanos somos na terra. Dessa maneira, ser humano significa estar na terra como mortal, significa habitar. A palavra *Bauen*, por sua vez, significa abrigar e cuidar. Construir seria, nessa interpretação, abrigar e cuidar, produzir. Construir como habitar é estar na terra, para a experiência cotidiana de ser humano. Habitar estaria, então, nas múltiplas atividades cotidianas de cuidar e edificar. A dificuldade de fazer esse tipo de compreensão das palavras acima, segundo o autor, é que a linguagem utilizada

cotidianamente tira as diversas possibilidades significativas do que é dito, reduzindo-as a uma interpretação associativa superficial de seu significado mais corriqueiro.

Reformulando: para Heidegger o construir é habitar; o habitar é o modo como os mortais são na terra; e, o construir como habitar se divide em construir que cuida (do crescimento), e o construir que levanta edifícios. Sendo essa segunda ação desassociada do pensar reflexivo⁷. Dessa forma, não habitamos porque construímos, mas sim construímos e temos construído na medida em que habitamos, ou seja, enquanto somos os que habitam.

Habitar é ser levado à paz, é permanecer livre. Uma liberdade que cuida de tudo levando-a a sua “essência”. Habitamos à medida que salvamos a terra. Salvar não no sentido de nos colocarmos entre ela e um grande mal, mas sim salvá-la diariamente, impedindo que ela se torne um súdito da vontade humana, em outras palavras, cuidando dela. Habitamos à medida em que deixamos as coisas serem como são essencialmente. Perguntando-se em que medida o habitar pertence ao construir, Heidegger (1954) chega à conclusão de que isso ocorre a partir do momento em que são respeitados, ao mesmo tempo, a necessidade do homem e o curso natural das coisas.

Enxergar o espaço como extensão, que é compreendido através apenas da matemática, dá lugar a um pensamento que viabiliza a existência de construções que deixam de lado todas as outras dimensões. Porém, homem e espaço não são de fato coisas distintas, separadas. Um só se dá junto ao outro. O cuidado nasce nessa mistura que não nos deixa iguais e nessa diferença que não nos separa. Isso é, para o autor, habitar pensando de modo essencial. Construir e pensar seriam parte essencial do habitar, porém, se existirem de forma separada se tornarão um risco para a existência.

Diante do que foi dito, é possível afirmar que de alguma forma todas as noções apresentadas por Heidegger se conectam, o que não é diferente quando fala-se que homem e mundo se co-constituem concomitantemente. Um só existe junto ao outro. É daí que vem a noção de habitar apresentada por Heidegger, e é a partir desse caminho que parece possível fazer uma análise crítica do atual momento de urbanização desenfreada pelo qual a maioria das cidades está

⁷ Pensamento reflexivo aqui é compreendido como o pensamento que medita proposto por Heidegger em seu livro *Serenidade* (2000), e que se opõe ao pensar calculante que tudo racionaliza, herança metafísica.

passando, e como ela (que tem raízes no pensamento técnico científico, calculante e objetificador) reflete na forma como o homem se constitui nesse mundo urbanizado.

Nesse sentido, Dulce Critelli (1988) coloca que nesse mundo que se urbaniza, não é apenas a paciência em fazer que se afasta do homem, mas também a paciência em contemplar. Dessa forma, se o homem não é capaz de deter-se na contemplação de uma obra, ele também não é capaz de realizar aquilo que a obra mesma revela: o empenho exigido para a sua realização. Ela continua:

O empenho, essa dedicação laboriosa que se constrói sobre a intimidade do autor com a obra mesma e seus materiais, em gesto obrador em que não se perde tempo, mas, se o ocupa e se conta com ele na plenificação do homem e do mundo, é o seio do engajamento com sentido na existência. É a condição, inclusive, para o compromisso sincero e convicto com as causas de nosso destino coletivo. [...] O desejo, fundo sob o qual o empenho e o engajamento se promovem, falam-nos de uma intimidade do obrador não só com sua obra mas, também de uma intimidade do homem consigo mesmo, ou melhor, com seu poder-ser próprio, 'a-fim-de-si-mesmo (Critelli, *op. cit.*, p. 81).

Ou seja, um construir que não leva em consideração o pensar sobre como o homem habita/pode habitar aquele lugar mostra-se como mais uma faceta dessa ótica da objetividade que, para manter sua manipulação do existir humano, o converte num mero objeto, retirando dele seu mistério essencial.

Isso pode ser melhor compreendido quando Heidegger (2000) fala sobre como o ser-no-mundo é guiado à uma existência inautêntica, desviando-se de seu projeto essencial e alienando-o de sua tarefa de tornar-se ele mesmo. Dessa forma, um construir direcionado pelo habitar do homem é, também, um meio para que o ser caminhe em outra direção, e alcance sua capacidade de uma vida autêntica e livre, imergindo na sociedade em que vive e preocupando-se com a construção do mundo à sua volta e de si mesmo. É essa liberdade de ser que atribuiria sentido a existência do homem.

TRAJETO METODOLÓGICO

Esse capítulo tem por intenção montar uma breve apresentação do método de realização da pesquisa, no sentido de apontar o caminho seguido pela pesquisadora ao questionar-se sobre o habitar humano. O primeiro ponto trata da descrição do local onde as entrevistas foram realizadas, o que é feito entendendo a importância de uma compreensão mais detalhada acerca do lugar da pesquisa. Levando-se em consideração que mudanças ambientais, e como elas estão relacionadas ao modo de ser de cada um, são temas centrais nesse trabalho. Em seguida são apresentadas as colaboradoras que contribuíram com seus relatos, descrevendo suas atuais relações com a comunidade na qual foi realizada a pesquisa. Também foram especificados os recursos utilizados ao longo do período da pesquisa que, sob o ponto de vista da fenomenologia existencial, podem possibilitar a emergência de significados de um modo outro que não o das posturas consideradas clássicas (influenciadas pelo Positivismo, discutido anteriormente). Esses recursos, por sua vez, estão implicados nas tentativa de compreensão da existência assim como ela se dá. Logo após é possível acompanhar um relato de cada procedimento de realização da pesquisa, desde o seu início até o pós-entrevistas. E, por fim, é relatado o procedimento de análise dos relatos das colaboradoras, assim como da própria pesquisadora.

3.1 O Canal Ibiporã enquanto lugar da pesquisa

O bairro do Coque está localizado na Ilha de Joana Bezerra, a cerca de 2,5 km do centro da cidade do Recife. Existem relatos populares que datam seu surgimento no final do século XIX, tendo ainda um crescimento acelerado em dois outros momentos: entre os anos 40 e 50, e entre os anos 70 e 80. De acordo com os moradores da área, o povoamento da comunidade se deu com bases no desmatamento do manguezal que fica nas margens do rio Capibaribe, além de árvores frutíferas, para aterragem de lixo, começando uma ocupação irregular da área por pessoas que migraram da zona da mata, agreste e sertão do nordeste (Freitas & Vale Neto, 2009). No ano de 2000 foi constatado em um levantamento,

através da Diretoria de Integração Urbanística, que a população da área era de aproximadamente 40.000 habitantes distribuídos em um espaço de 134 hectares.

A referida comunidade foi escolhida para a realização dessa pesquisa pois, segundo os autores mencionados, “há em toda a área [...] um intenso processo de especulação política e imobiliária justamente pelo fato da comunidade [...] estar situada na passagem central entre os polos econômicos do Recife (Ilha do Leite, Ilha Paissandu, Centro, Boa viagem, Ilha do Retiro)” (p. 2). A exemplo disso, são relatadas nesse trabalho as construções do Fórum Rodolfo Aureliano e do Complexo Hospitalar privado HOPE, ambos vizinhos à comunidade, que promoveram o desenvolvimento urbano/econômico na cidade, mas que não implicaram em nenhuma melhoria nas condições de vida dos residentes do bairro. Ao invés disso, contribuíram para o esquecimento da memória da região, palco de eventos importantes para a história do país. Foi no aterro de Afogados (região que se estende da Rua Imperial – Coque – até o Largo da Paz, localizado no bairro de Afogados) que se deram, em 1824, os combates entre as tropas republicanas e as forças da corte, durante a Confederação do Equador. Além disso, há também uma participação da área na Intentona Comunista de 1935, na qual Gregório Bezerra despendeu esforços em uma tentativa de tomada do Quartel general, seguindo o levante comunista liderado nacionalmente por Luís Carlos Prestes.

Outra obra que está sendo realizada na comunidade é o revestimento do Canal Ibioporã, iniciada no ano de 2013. Tal canal possui 712 metros de extensão, ligando a Estação do Metrô Joana Bezerra ao mangue. O projeto prevê a construção de calçadas à beira do canal, assim como passarelas, iluminação pública, implementação de ciclovias, entre outros. Algo que a própria população de lá queria que ocorresse, contanto que as famílias que moravam ao longo de toda a extensão do canal fossem reassentadas de forma digna, em uma área próxima.

Em agosto de 1983, o Coque se tornou uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) que são áreas demarcadas para o recebimento de habitações para a população de baixa renda, visando a regularização dos assentamentos e diminuição do custo na oferta de terreno para habitação. Mas o que tem acontecido é o contrário: o Coque, hoje, já perdeu cerca de 51% de seu território original, construído palmo a palmo pelos moradores, para construções que apenas estimulam a especulação imobiliária (Freitas & Vale Neto, 2009). O resultado disso, de acordo com Freitas (2005), é que “a qualidade de vida no bairro e o atendimento

das necessidades básicas de infraestrutura, saúde, educação, saneamento e segurança são bastante precários” (p. 257).

Por se tratar de uma região de baixo estuário, em função das marés que lhe circunscrevem, a comunidade sofre com as alterações constantes no nível da água. As poucas intervenções realizadas pelo governo, no sentido de atender a tais demandas, não contemplam a comunidade como um todo. Por ter uma grande extensão, existem diversas subdivisões da comunidade que nunca sofreram nenhum tipo de ação organizada pelo poder público, como é o caso da área denominada “Areinha”. Dessa forma, as reivindicações vão se acumulando. São cobradas questões como: “[...] a recuperação da área verde, a construção de espaços e equipamentos de lazer, a reestruturação dos canais que cortam a comunidade, bem como a relocação das famílias que ocupam suas margens” (Freitas, 2005, p. 257-258).

De acordo com um levantamento feito pelo autor supracitado, a renda média de 57% população do Coque é de entre aproximadamente meio e um salário mínimo, vivendo assim no que ele define como pobreza crítica. Aqueles que exercem alguma atividade remunerada, no geral, atuam no setor secundário (construção civil) e terciário (borracharia, mecânica e eletricidade). As famílias chefiadas por mulheres representam 73% do total, levando essas mulheres que, em sua maioria, possuem entre dois e três anos de escolaridade, a trabalharem como domésticas, catadoras de lixo, lavadeiras ou ajudantes em bares (Pacto Metropolitano, 2004).

O mesmo autor faz ainda a reflexão de que, apesar de estar localizado no centro do Recife, a comunidade do Coque sofre com uma falta de integração a vida da cidade. Para ele, existe uma “barreira invisível” que bloqueia essa comunicação. Barreira essa que se mostra no ciclo vicioso da imagem de violência que a mídia passa acerca da comunidade: a sociedade não se interessa pelo local por causa da existência de uma imagem violenta, o que faz com que as pessoas que lá vivem não recebam os investimentos necessários para que tal imagem seja desconstruída. Ou seja, para além das barreiras concretas existentes – caso de obras mal planejadas que impossibilitam o tráfego de pessoas de uma parte a outra da comunidade, a exemplo o terminal integrado de Joana Bezerra -, existe também a barreira invisível, mas quase palpável, da indiferença social. Esta, se superada, abriria as portas para o reconhecimento de uma população que ajudou a construir não só aquela

comunidade, mas também parte da história da cidade a partir de suas próprias histórias de vida.

3.2 Conhecendo as colaboradoras

Foram escolhidos intencionalmente para participar da pesquisa cinco moradoras da beira do canal Ibiporã, abordado como lócus da pesquisa pelo fato de que o critério para a participação seria de que estas tivessem vivenciado transformações ambientais (desapropriações). Para tal, foi feito contato com grupos que prestavam apoio jurídico à comunidade, além de grupos que desenvolvem trabalhos sociais na região e, assim, identificaram-se os sujeitos/colaboradores desta pesquisa. É importante dizer que, mesmo que a maioria das entrevistadas já tenham saído de suas casas originais (devido ao processo anteriormente citado), todas permanecem na mesma comunidade.

Para proteger a identidade das entrevistadas foram utilizados nomes fictícios e, para facilitar o reconhecimento de cada interlocutor, foi usada uma variação de fontes e cores como recursos. Dessa forma, **Margarida** corresponde à fonte **Calibri**, **laranja**; **Victória**, **Trebuchet MS**, **azul**; **Helena**, **Verdana**, **roxo**; **Tereza**, **Arial Rounded**, **verde**; e **Augusta**, **Century Ghotic**, **vinho**.

A primeira a ser entrevistada foi **Margarida**, de 33 anos e moradora do Coque desde os sete anos de idade (um total de 26 anos dentro da comunidade). Concluiu o ensino médio, mas no momento da entrevista estava desempregada. Vivia numa casa alugada na mesma rua do canal Ibiporã com seu companheiro (que vive de trabalhos informais diversos) e seus dois filhos de 14 e 11 anos, além de estar nos últimos meses de uma terceira gravidez. Seu caso se tornou mais complicado porque precisava lutar na justiça para reverter a situação na qual seu padrasto negociou com os órgãos responsáveis, recebendo a compensação financeira (pela casa) em seu lugar.

A segunda a ser entrevistada foi **Victória**, de 23 anos. Moradora do Coque desde que nasceu, carrega consigo a história de uma família que ajudou a construir a comunidade desde seu início. Possui ensino médio completo e também lutava na justiça, pois a casa que morava (na qual permanecia na época da entrevista) também funcionava como salão de beleza. Atendia nele como

cabeleireira e manicure, tirando daí seu sustendo e de suas filhas de 7 e 4 anos, com quem morava.

Em seguida foi entrevistada a colaboradora **Helena**, de 51 anos. Ela vive no Coque a dez anos, anos esses que foram vividos na mesma casa à beira do canal. Possui o ensino fundamental completo e mudou-se para uma casa alugada uma semana antes da entrevista. Divide essa casa com o marido e os quatro netos: uma menina de quinze anos, um rapaz de treze, e outras duas meninas com onze e oito anos. Se sustenta hoje com uma vendinha que mantém na casa alugada e, também, com o dinheiro ganho pelo marido que faz bicos. Além disso, também recebe ajuda financeira dos filhos.

Já a colaboradora **Tereza**, tem 46 anos e mora no Coque desde os oito anos de idade. Tem ensino fundamental completo e hoje mora com o marido e dois filhos adolescentes numa casa de aluguel, à qual tinha chegado quinze dias antes da entrevista, isso depois de um histórico de diversas mudanças de domicílio. O marido trabalha como pescador enquanto ela trabalha com serviços gerais em um hotel. Além dos dois filhos que moram com eles, ela ainda ajuda a filha de 15 anos que mora com o companheiro e o neto.

A quinta a ser entrevistada foi **Augusta**, de 28 anos. Coursou o ensino fundamental até o sexto ano e, no momento da entrevista disse estar desempregada. Sustenta sua filha de sete anos com a ajuda do marido, que trabalha em Jabotão dos Guararapes. A entrevistada nasceu no Coque, passou alguns anos em outro bairro da cidade, Casa Amarela, mas logo retornou para o lugar onde nasceu e lá criou sua família.

As colaboradoras participaram da pesquisa oferecendo seus testemunhos sobre a vida que levavam em suas antigas casas, sobre o entorno e de como se relacionam com ele. As transformações que experienciaram foram compreendidas a partir das repercussões em suas vidas, podendo assim apresentar subsídios para pensar propostas que acolham as demandas decorrentes de tais situações.

3.3 Recursos da pesquisa

Essa pesquisa privilegia a dimensão experiencial da vivência de um grupo e busca conhecer a paisagem sociocultural, assim como eles vão construir o modo

como habitam, que se desvela em consonância com o tema visitado, numa perspectiva fenomenológica existencial. Para tal, foi utilizada a entrevista narrativa que, segundo Flick (2009) suscitava o relato da experiência vivida a partir de uma “pergunta geradora de narrativa” (p. 182): “como é para você a experiência de ter que deixar sua casa?”. As narrativas são cada vez mais, no âmbito da Psicologia, utilizadas enquanto modelo de conhecimento e apresentação de experiências, principalmente dentro das pesquisas biográficas. Narrativa, no presente contexto, é compreendida a partir de Walter Benjamin (1936). Em seu texto “O Narrador”, no qual analisa a obra de Nikolai Leskov (1831-1895), o autor discorre sobre a importância da narrativa e o perigo do fato de que esta seja uma prática em vias de extinção. Isso estaria acontecendo porque não conseguimos mais intercambiar experiências por estas estarem perdendo o seu valor. E, em consequência disso, a experiência não é mais transmitida no dia a dia. Sendo a experiência, que é passada ao longo do tempo de pessoa para pessoa, a fonte que alimenta a narrativa, se essa experiência não é valorizada e nem repassada, o narrador perde sua matéria prima.

Para Benjamin (*op. cit.*), a figura do narrador se torna plena quando nele é possível encontrar dois grupos. O grupo do camponês sedentário, “que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições” (p. 199); e do marinheiro comerciante, que viajando “tem muito que contar” (p. 198). Cada um desses seria um tipo fundamental de narrador, sendo que os dois associam o saber das terras distantes (trazido pelo marinheiro) e o saber do passado (recuperado pelo camponês). O marinheiro é marcado pela distância espacial, enquanto que o camponês é marcado pela distância temporal. Com essa dupla fundamentação da narrativa, torna-se claro o tom prático e utilitário da mesma. Aquilo que é narrado sempre tem em seu conteúdo algo que pode afetar a experiência de quem está ouvindo. Mas como as experiências estão perdendo seu valor, o aconselhar inerente a essa prática tem se tornado antiquado. Levando em consideração que, quando se fala em aconselhar, fala-se de sugerir, e não necessariamente responder a alguma questão.

De acordo com esse autor, este desaparecimento pode ter se iniciado junto ao surgimento do romance, uma vez que esse está vinculado ao livro e não à fala. Em seu texto é afirmado que o romance se difere seja da poesia, seja de outras prosas como os contos de fadas, porque “[...] ele nem procede da tradição oral nem a alimenta” (p. 201). E, é fundamental que a narrativa, quando escrita, se assemelhe

o máximo possível aquilo que é dito oralmente. Enquanto que na narrativa o indivíduo resgata a experiência que foi vivida por ele mesmo ou lhe foi narrada por um terceiro, e assim, incorpora tais fatos à experiência de quem ouve (da mesma forma como esses fatos foram incorporados à sua própria experiência); no romance o indivíduo encontra-se isolado, incapacitado de falar sobre suas preocupações mais importantes.

O romance encontrou na burguesia ascendente um lugar para florescer. No entanto, foi no seio da própria burguesia que se destacou uma outra forma de comunicação que era igualmente estranha, seja ao romance, seja a narrativa: a informação. Como esta buscava o máximo de imediatez, o saber que vem de longe (espacial ou temporal), representado pela narrativa, perde autoridade por não atender a essa demanda. Isso torna a informação decisivamente responsável pelo declínio da narrativa. Enquanto que na narrativa o ouvinte/leitor é livre para interpretar a história como quiser (e assim encontrar o fundo prático da mesma), podendo desenvolver força a qualquer momento, a informação só tem poder enquanto é nova.

Essa liberdade presente na narrativa também é associada, pelo autor, ao seu caráter artesanal:

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesão – no campo, no mar e na cidade –, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. Os narradores gostam de começar sua história com uma descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos que vão contar a seguir, a menos que prefiram atribuir essa história a uma experiência autobiográfica (Benjamin, 1936, p. 205).

Narrar é ser artesão das palavras, é ter como matéria-prima a experiência. Seria fundamental para gravar aquilo que é ouvido esquecer-se de si mesmo. Dessa forma, a extinção das atividades manuais, característica da modernidade na qual vivemos, contribui para o sumiço do dom de ouvir. Esquecer de si mesmo teria aqui o significado de concentrar-se numa atividade manual.

No entanto, esse esquecer-se de si mesmo foi levado a um outro nível pela sociedade burguesa. Isso porque esta vem trabalhando no sentido de esquecer uma parcela inevitável da vida: a morte. As pessoas passaram a viver em espaços livres do espetáculo da morte. Antes, morrer era um episódio público, enquanto que hoje tal evento está resumido ao ambiente hospitalar e de asilos. Para Benjamin (*op. cit.*) é justamente no momento da morte de um homem que sua história vivida (seu saber e sabedoria) assumem a possibilidade de transmissão. No entanto, não estamos mais na época em que o homem se via em harmonia com a terra, na qual à morte era atribuído seu lugar. O narrador assume, então, o lugar daquele que mantém sua fidelidade a esse período de harmonia.

A relação que liga o narrador ao ouvinte é construída pelo interesse de conservar o narrado. A reminiscência, como aquela que funda a tradição e repassa os acontecimentos, desagregou-se em rememoração no romance e memória na narrativa. O romance nos leva a refletir sobre o sentido da vida, enquanto que a narrativa nos faz pensar acerca da moral da história. O que nos faz retornar ao que é colocado pelo autor, de que quem escuta/lê uma história narrada está em companhia de quem a narrou, e até mesmo de quem a viveu (caso o narrador também tenha recebido essa narrativa de um terceiro, uma vez que a vivência desse terceiro também está na vivência do narrador). No caso do romance, seu leitor é solitário, pois considera-o coisa sua. Se apodera dele.

Por fim, o autor traz a narrativa como fonte da experiência vivida. A legitimidade da narrativa pode garantir a cada narrador determinada autoridade, uma vez que ele é aquele que porta aquela experiência específica, que vivenciou determinado fato. Ou seja, ele é autorizado a falar. Tal legitimidade garante a cada narrador, e aos demais, a autoridade de, como portador do vivido, autorizar-se a falar. Dessa forma aquela experiência circula em forma de palavra, o que dá a cada um a propriedade necessária para que ouçam, falem e reflitam sobre o que está sendo narrado. Levando isso para o âmbito da pesquisa, tal modalidade de compreender a entrevista propicia ao sujeito elaborar suas experiências e, junto com o pesquisador, desvelar sentidos que encaminhe possibilidades de ação. De acordo com Cabral e Morato (2003), a narrativa pode ser vista como ação, forma e sentido e, desse modo, pode ser acessada em diferentes atos, assim como trilhando o caminho de diversos conteúdos como depoimentos, relatos e histórias de vida.

Outra autora que traz a importância da narrativa para a elaboração das experiências vividas é Dulce Critelli (2012). Para ela, é a narrativa da história pessoal que possibilita a emergência do sentido da vida. Segundo a autora, existimos e sabemos que existimos; podemos nos distinguir de tudo que nos cerca e até de nós mesmos; podemos comunicar tais distinções através de atos e palavras. E, é por isso que três questões são essenciais para nossa existência: “quem sou eu?”, “qual o sentido da vida?”, e “que sentido eu faço nela?” (p. 11). O modo como damos sequência a nossa vida depende de como respondemos a essas questões. No entanto, como esses sentidos vão sendo construídos ao longo da vida cotidiana, as vezes eles se perdem ou parecem ter sido elaborados de encontro ao que se deseja. Nesse caso, para reencontrá-los ou refazê-los, é necessário lançar um olhar para o todo de nossa história. É através da narrativa desse “todo” que podemos rever os nexos existentes entre os acontecimentos de nossa vida e seus sentidos, tornando possível o realinhamento de nosso destino. Ou seja, trata-se de revisitar o já conhecido para, assim, descobrir o sentido das coisas.

Mas cada nova verdade precisa encontrar seu lugar no mundo. Ainda segundo Dulce Critelli,

Pensamos porque precisamos comunicar aos outros e a nós mesmos as diferenças percebidas; e porque precisamos, comunicando-lhes a diferença do nosso ponto de vista, fazê-los ver a diferença que nós mesmos fazemos no meio deles (2012, p. 28).

Ou seja, para a autora supracitada, o real se torna suportável à medida em que podemos narrá-lo. Ela afirma, ainda, que “um mundo que não puder ser narrado não pode ser habitado” (p. 33). Nesse sentido, é pela linguagem que damos sentido ao mundo e a tudo que há nele. É através dela que nos inserimos na existência e, além disso, ela está associada a singularidade de cada um. Isso porque cada pessoa que nasce é uma novidade no mundo, e continuará se transformando até sua morte, quando não poderá executar mais nenhuma possibilidade. A partir desse posicionamento de que o homem está sempre se modificando, acredita-se que não é possível falar em quem o homem é, mas em quem ele foi. Ou seja, narrando e agindo estamos sempre nos alterando, nos construindo, seja diante de nós mesmos, seja diante do outro que nos dá seu testemunho.

Além do recurso das entrevistas, também foi utilizado o Diário de Bordo, no qual era registrada a experiência da pesquisadora. Seguindo os pressupostos da filosofia fenomenológica existencial, o diário de bordo possibilita a narrativa da experiência de cada pessoa, ao mesmo tempo em que desvela o sentido que está sendo construído na experiência em ação. Segundo A ún, Morato, Noguchi e Nunes (2005, p. 20), “essa forma de registro transpassa um simples relatório descritivo: ela diz de nós com todo nosso envolvimento, percepções e sensações”.

“Escrever é comunicar, é narrar” (p. 29). Para A ún (2005), o Diário de Bordo é uma forma de marcar e se deixar ser marcado pela narrativa do outro. É o modo de compartilhar encontrado por aquele que vivencia algo. É o lugar onde se encontrar duas ou mais narrativas em uma só. Para ela, a necessidade da narrativa está em esta, apesar da dor que causa, ser uma condição do ser-aí. Dói por ser necessária. Dói porque ao narrar entramos em contato com o entorno, os outros e nós mesmos. Tudo ao mesmo tempo.

Para a autora, mesmo que essa biografia corresponda apenas ao relato do pesquisador, existem diversas outras que se entrelaçam na primeira. É aí que ela perde o caráter de mero relato descritivo, pois desvela o modo de ser do homem fora da temporalidade cronológica que conhecemos, revela e cria sentidos. Nesse caso, o diário de bordo serve como registro da experiência, ao mesmo tempo única e plural, entre profissional e colaboradores. Sendo assim, mostra-se como o ato do homem de dizer a si mesmo e lançar-se ao encontro do sentido de si, saindo do repouso. Isso é a ação de dizer, é a narratividade. O Diário de Bordo é, antes de mais nada, estória impressa e marcada pelas características do que foi vivido.

Ainda de acordo com A ún (2005), os diários são marcas que aparecem na forma de escrita feitas por um protagonista (são depoimentos rememorados). São, também, “o narrar da experiência de um profissional, na perspectiva de quem comunica como ocorreu o revelar-se do outro a esse profissional/pesquisador” (p. 19).

3.4 Procedimentos de coleta

Após a autorização concedida pelo Comitê de Ética em Pesquisa, teve início a pesquisa de campo. Como esse trabalho intencionou partir da dimensão experiencial de um grupo, privilegiando a experiência vivida e a compreensão do

pesquisador acerca da paisagem sociocultural na qual os colaboradores estão imersos, em um primeiro momento, tentou-se compartilhar a situação vivida com e pelo grupo. Nessa direção, realizei uma observação participante, compreendida por Thiollent (1999), como a possibilidade de criar e aperfeiçoar os dispositivos que facilitem a inserção do pesquisador no cotidiano habitual do grupo pesquisado. Desse modo, “a partir das falas ouvidas pelo pesquisador no cenário social, abre-se espaço para a interrogação pelo sentido das experiências, possibilitando simultaneamente desvelar as condições e relações humanas que vêm aparecendo e abrir espaço para a escuta clínica” (Braga, Mosqueira, Morato, 2012, pg. 34). Buscando esse tipo de vivência, frequentei algumas reuniões dos grupos de apoio aos moradores que estavam vivenciando um processo de desapropriação. Nelas foi possível perceber que o grupo já tinha chegado a um certo nível de organização, obtida com a ajuda dos próprios moradores e integrantes do NEIMFA (Núcleo Espírita Irmãos Menores de Francisco de Assis), embora essa organização fosse questionada pelos próprios integrantes do grupo:

Pude perceber que o próprio grupo se sente menos organizado do que em ações anteriores. Isso acaba causando uma certa frustração a todos os participantes. [...] O fato de ter sido uma retardatária no grupo me fez perder o momento em que eles estavam com mais ‘gás’ para continuar com a luta (Trecho do Diário de Bordo da pesquisadora).

Mas para além de qualquer tipo de organização, foi possível perceber que havia um investimento de energia, tanto por parte dos moradores (que demonstravam estar angustiados por se verem enredados em uma teia de interesses políticos), quanto por parte dos integrantes do NEIMFA. Estes segundos colocavam todo o seu conhecimento ao alcance desses moradores, assim como uma vontade de que esse conhecimento fosse construído juntamente à vivência de todos.

Todo esse investimento de energia por parte dos moradores, no debate sobre o que lhes estava acontecendo, contribuiu para a realização de um segundo momento desse trabalho. Nele foram realizadas entrevistas individuais com moradores da comunidade anteriormente selecionados. Tais entrevistas, gravadas em MP3 e transcritas literalmente, foram realizadas em local previamente combinado com os participantes.

3.5 Procedimentos de análise

Para a interpretação do que foi experienciado, é utilizada a proposta da “Analítica do Sentido” de Dulce Critelli (1997), apresentada como possibilidade de interpretação do real numa perspectiva fenomenológica existencial. Essa interpretação é baseada tanto na visão heideggeriana quanto na obra de Hannah Arendt e se dá através de cinco fases. São elas: o desvelamento; a revelação; o testemunho; a veracização; e a autenticação. Porém, faz-se necessário colocar que tais fases não necessariamente seguem uma ordem, uma vez que a trama que as conecta é tão tênue que não é possível dizer qual precede qual.

A fenomenologia, vista nessa metodologia, traz consigo uma interpretação do homem e do mundo que revela, ou pelo menos ilumina, sua interdependência. Isso faz com que seja possível perceber a importância da relação homem-mundo, e dos estados de ânimo gerados nessa relação, para uma construção do conhecimento oposta àquela que é calcada no ideal científico. É nesse processo de co-construção que o homem se vê como aquele que fabrica o próprio sentido de ser. Trata-se de um modo de pensar que caminha no sentido de encontrar uma demonstração do real, e não como um modo de pensar baseado em raciocínio ou cálculo.

É nesse sentido que a Analítica do Sentido se coloca como uma metodologia, um modo de compreensão que se distancia do conteúdo sistemático para aproximar-se do sentido, através do pensar. Pensar aqui é interpretado como o desvelamento do real que se oculta, a partir do contato que é feito com as coisas que se apresentam. É aí que surge uma nova forma de rigor metodológico, que implica em inclinar-se sobre o fenômeno para que seja possível interrogar-se sobre ele, deixar-se dominar pelo estranhamento/interrogação que ele provoca. Ou seja, o desvelamento seria o momento em que o fenômeno é percebido, quando é trazido à tona mesmo que momentaneamente.

E é nesse momento de estranhamento entre homem e fenômeno que surge a possibilidade de revelação enquanto questão. Essa revelação seria a confirmação e conservação feita através da nomeação (palavra) desse fenômeno.

É então que ocorre uma reaproximação do fenômeno para que haja um testemunho e uma veracização baseados em um modo de pensar demandado por tal testemunho. O testemunho ocorre na interlocução, quando esse fenômeno pode ser observado por outros, já a veracização ocorreria na publicação e no reconhecimento do fenômeno manifesto, ou seja, quando ele é referido no campo da interlocução.

É assim que se mostram novas possibilidades e modos de refletir sobre esse fenômeno, através de uma autenticação deste para uma aproximação do real incontornável, um modo de pensar verdadeiro. Essa autenticação se dá quando o fenômeno é efetivado em sua constância por meio da vivência dos indivíduos. Ou seja, a interpretação do real, ou do fenômeno que está sendo compreendido, ocorreria sempre (do ponto de vista dessa autora) num movimento de aproximação entre o narrador e o ouvinte. Ou, ainda, no ser-com, numa interpretação que parte da fenomenologia existencial de Heidegger.

É esse caminho trilhado pelo pensamento que leva ao rigor proposto pela fenomenologia existencial, um rigor meditativo, aberto a outras possibilidades, que merecem também ser interrogadas, afim de guiar o homem em sua existência finita.

CAMINHANDO JUNTO ÀS COLABORADORAS

No momento de análise das entrevistas realizadas com as colaboradoras dessa pesquisa foi possível perceber alguns núcleos da teia de sentidos que permeia as narrativas. Levando em consideração o pensamento de Dulce Critelli (2012) sobre a relação da história pessoal e o sentido da vida e como esses dois conceitos se encontram na prática da narrativa, é possível começar essa análise através de um ponto recorrente nas falas dos entrevistados. Trata-se da historicidade da comunidade na qual vivem, e com a qual se identificam. Isso também foi percebido durante as visitas iniciais à comunidade, quando os moradores se reuniam com integrantes do Coque (Re)existe e do NEIMFA para traçar modos de enfrentamento para a situação. Percebi que

“[...] os moradores estão incomodados com o fato de estarem destruindo a história da comunidade. As (cada vez mais frequentes) incursões de um planejamento urbano que não leva em consideração as pessoas e suas histórias, levaram abaixo várias edificações e elementos naturais que eram tidos como marcos históricos para os moradores” (Trecho retirado do diário de bordo da pesquisadora).

Essa temática é abordada de duas formas nas entrevistas. A primeira relaciona-se a história da própria comunidade, que é descrita por **Victória** da seguinte maneira:

“Até porque o Coque tem história. Foi um lugar que foi aterrado pelos moradores. Tem uma história de militância muito grande. E é isso que fortalece você” (Victória).

Nesse relato é possível ver como a história local, interpretada como fonte de luta, pode interferir na forma como os moradores se posicionam frente as situações às quais são expostos, dando força a eles também. Além disso, existe uma ligação pessoal das entrevistadas com a história do Coque, uma vez que diversas gerações de uma mesma família já viveram na comunidade e ajudaram a construí-la. Essa relação permeia todos os discursos nos quais se baseia esse trabalho, e também pode ser notada no desabafo de **Margarida**:

“Até porque quando a gente vai para o ministério público eles dizem que o Coque não tem terreno para construir habitacional. Não tem terreno pra nada. Mas pra fazer coisa da OAB⁸ eles arrumaram terreno. Pra fazer qualquer coisa eles tem terreno. Só não tem terreno pra construir habitacional pro Coque. Não tem terreno pra gente. Torna-se mais uma vez revolta. Porque isso aqui quem fundou foram meus avós, meus pais. Minha família toda foi criada aqui. A gente lutou tanto, trabalhou tanto, pra hoje em dia a nossa geração ser expulsa. Sem direito nem a falar. Tem que sair calada” (Margarida).

Essa fala revela o incômodo que lhe causa estar ciente de que essa história, construída pela sua família, além das demais famílias, de nada serve para aqueles que detêm o poder de decidir o que será feito na região. A importância dessa história na vida das pessoas é comentada por Critelli (2008), quando esta diz que nossa humanidade está entrelaçada em nosso percurso, assim como nas realizações históricas. Para ela, “nossa humanidade jamais está pronta, mas se apronta segundo seu próprio existir” (p. 481). Mas como existir quando a história que lhe serve como fundamento lhe é negada? Victória fala sobre essa experiência no seguinte trecho:

“Minha avó morou no antigo comissariado, que era o prédio mais antigo e histórico daqui. Era uma delegacia, que foi demolida pra ser feita a Av. Central. Que se tivesse permanecido ou desviado não seria muito difícil dela continuar. Foi uma perda muito grande pro Coque. Ela acompanhou as cheias que teve aqui. [...] é um absurdo. É um absurdo o que eles fazem! E tão fazendo até hoje, como é o caso desse Terminal Integrado⁹. A primeira vila do Coque foi a vila do Cajuerinho, que é a vila que tem essas árvores centenárias na estação de Joana Bezerra. Já foram destruídas muitas árvores dali. Não era pra ter destruído aquelas árvores. Não pode. Porque aquilo ali é a identidade física de um início de moradia aqui no Coque. Mas como sempre né... os grandes empresários têm o poder. E eles apagam as suas lembranças, as suas histórias, o fundamento do bairro né. É horrível. O sentimento é realmente de indignação” (Victória).

⁸ Em 2012 foi aprovado um projeto para transformar um terreno, dentro da comunidade do Coque, no novo Polo Jurídico da cidade. Tal obra aconteceria nas imediações de onde já existe o Fórum Rodolfo Aureliano, que também foi uma construção que expulsou diversas famílias da região. No entanto, em setembro de 2013, após sofrer pressão popular, o governo do estado anunciou que a comunidade não seria mais utilizada para a construção da sede da OAB.

⁹ O Novo Terminal Integrado de Joana Bezerra teve suas obras iniciadas no ano de 2012. Foi projetado no intuito de ser o maior do Sistema Estrutural Integrado (SEI). Tem como previsão um aumento de 50.000 para 65.000 pessoas circulando diariamente pelo terminal. O prazo para o fim das obras estava previsto para 2014, no entanto as atividades no local estão paralisadas e ainda sem previsão de serem retomadas, deixando uma área de cerca de 5.000 m² sem utilização alguma.

Mas não é apenas por sua relação com a história da comunidade que as entrevistadas se sentem indignadas por estarem sendo removidas de suas casas. Como já foi dito, muitas delas moram no Coque desde que nasceram ou foram morar lá ainda pequenas. Isso fez com que elas desenvolvessem naquele lugar uma rede de relações com outros moradores e instituições amigas, redes de apoio. A rede de apoio oferece uma gama variada de elementos às famílias que, sozinhas ou isoladas em seus núcleos, estariam limitadas. Quando se fala em famílias que vivem em condição de pobreza, elas têm como suporte para as suas necessidades uma rede de apoio que pode ser composta tanto pelo grupo de pessoas com as quais se relacionam, mas também por instituições nas quais os membros da família estejam inseridos. A importância dessas redes de apoio está no suporte às famílias diante das adversidades e/ou dos momentos emergenciais que permeiam a vida das pessoas, como bem expressa a entrevistada Helena:

“Ela [mãe da entrevistada] está querendo voltar porque lá [onde ela mora hoje]... ela já está velha né... ai lá não tem ninguém pra tomar conta dela... ai aqui tem meu irmão, que mora ali na outra rua. Ai a gente pode cuidar dela... ai por isso que ela tá querendo vir pra cá. Além de que ela passou muito tempo aqui né, muitos anos. Ela sempre gostou daqui do Coque” (Helena).

No sentido do que Helena coloca, é possível perceber que, para famílias de baixa renda, o suporte recebido pela rede de apoio social é de extrema importância para que o equilíbrio familiar seja mantido, tanto no processo do enfrentamento de situações que envolvem as mudanças no seio da família, quanto como meio de socialização. De acordo com Martins (2011), a proximidade das casas possibilita um contato ainda maior com a vizinhança. “As crianças acabam se envolvendo com outros pares que moram perto e as famílias podem obter ajuda de seus vizinhos numa hora de urgência ou em trivialidades do seu cotidiano. Esses vizinhos acabam se tornando pessoas muito importantes para algumas famílias, desenvolvendo relações de afeto e cuidado entre seus membros [...]” (p. 66). Tanto Margarida quanto Victória deram bastante ênfase nesse aspecto de suas vidas:

“Alí conheci pessoas que viviam na mesma situação que eu e se tornaram vizinhos, mas não só isso, amigos. Pessoas que uma conta com a outra na hora da necessidade” (Margarida).

“Porque hoje, se eu não tiver clientes para atender, se não tiver dinheiro pra dar café, almoço e janta às minhas filhas: eu tenho uma creche, eu tenho uma biblioteca, tenho um projeto que eu sei que se eu levar minhas filhas lá elas vão se alimentar. Se eu precisar ir pra uma entrevista de trabalho, fazer um trabalho extra, alguém vai ficar com as minhas filhas. Aqui eu tenho isso. Em outro lugar eu não tenho essa segurança. Nem confio nas pessoas, porque é uma responsabilidade muito grande você deixar seus filhos com alguém que você não conhece” (Victória).

A vida das famílias, de uma forma ou de outra, tem sido afetada com o processo de urbanização e industrialização que o país vem sofrendo. Quando falamos das grandes metrópoles, então, esse processo é vivido com muito mais dificuldades pela população periférica. Ao falar de suas redes de apoios, os entrevistados sugerem que essas relações afetivas constituem uma das únicas bases de apoio que possuem ao compartilhar problemas, conflitos ou dificuldades enfrentados ao longo de suas vidas.

Foi possível perceber ao longo das entrevistas muito respeito por todas as pessoas e instituições que fazem parte do círculo de interações dessas pessoas. Isso reflete um significado de pertencimento ao grupo, que provém da relação com essa rede de apoio. Esse mesmo pertencer a um grupo também é fonte de uma intensa força, de modo que, o apoio social que é compartilhado pelas redes de apoio e a força promotora de suporte emocional e social para essas famílias são essenciais para o enfrentamento de adversidades, assim como de privações das quais as famílias compartilham. Quais seriam então os desdobramentos da remoção de tais famílias do convívio em um grupo como esse?

Diante dessa questão, um terceiro núcleo de sentido envolve a percepção das pessoas diante dessa remoção compulsória e, também, sobre o modo como elas se sentem diante do tratamento que recebem dos órgãos responsáveis.

“Porque não é a gente que tá querendo sair, são eles que tão querendo tirar a gente, expulsar a gente de um lugar que a gente morou durante tantos anos. Eles que tão querendo e não a gente que quer sair. A gente tá saindo obrigado a sair” (Helena).

“Você se sente pequeno, impotente né? [...] Ai qual é a condição que uma pessoa fica numa situação dessa? Como? Porque você

não tem apenas uma casa, você tem uma vida inteira pra dirigir. E pessoas que dependem de você. Sempre tem alguém que depende de alguém. Sempre tem alguém que precisa da sua ajuda, porque você faz alguma coisa... ai você se preocupa por você e pelos outros” (Tereza).

Essas narrativas, de **Helena** e **Tereza**, desvelam a impotência que essas pessoas sentem diante do sistema político prático que as envolve. Trata-se de um sistema que contribui para o maior alcance da burocracia enquanto forma de gerenciar os modos de existência. Isso seria uma face do fazer da técnica moderna que, segundo Heidegger (1997), nada mais é que a exploração que impõe seu desejo ao homem. Fazendo assim com que as pessoas sigam determinados padrões. Dessa forma, a urbanização, através de seus sistemas, estaria assumindo o papel de um novo deus, um novo cuidador do homem. Cuidador como aquele que impede que o caos do desconhecido se instale na vida daqueles de quem cuida. Sendo aqui o caos interpretado como o mistério do poder-ser, algo que não pode ser previsto, o homem estaria fogindo do nada, o nada que pode estar presente em seu vir-a-ser, ou seja, foge de sua finitude. A urbanização, segundo Critelli (1988) usa desse medo do homem para mantê-lo sob controle. Lembrando que a autora mencionada interpreta essa urbanização como forma de emergir da técnica moderna criticada por Heidegger. Para ele, a técnica moderna é estranha à linguagem cotidiana e nos fornece a ilusão de controlá-la. Ela, assim como sua face vista na urbanização, deixa de ver o homem através de seu poder-ser e o trata como simples matéria que pode ser calculada.

Mas não é só esse sentimento de impotência, relatado anteriormente, que é trazido pelas entrevistas. Outro sentimento chama atenção no relato de **Tereza**: o de vergonha diante da situação na qual se encontra. Frente a um mundo no qual somos bombardeados com diversas expectativas e exigência com relação a forma como vivemos, é inconcebível perder a sua casa e não ter para onde ir.

“Agora isso expondo meus filhos, me expondo diante das outras pessoas – porque é vergonhosa uma situação dessas – você passar por isso diante de pessoas conhecida é vergonhoso, você sente vergonha. ‘Fulano tá sendo desapropriado, tá sendo colocado pra fora’. Ou então a discussão mesmo, porque chega uma hora que você tem que entrar em discussões né, ai você fica se expondo pra pessoas, seus filhos vendo isso, neto vendo isso. É horrível. É horrível isso” (Tereza).

Esse sentimento de vergonha ao qual **Tereza** se refere é direcionado ao fato de estar perdendo tudo pelo que lutou, sob os olhos de toda uma comunidade. Sua dor e seu sofrimento são vistos, mas isso não altera a situação em que se encontra.

“A fala de Tereza com certeza foi a mais longa, durando o dobro do tempo médio das outras entrevistas. Enquanto as outras entrevistas tiveram uma duração de cerca de 30 a 40 minutos, Tereza tinha tanto para dizer que sua entrevista só terminou após uma hora e 20 minutos. Em boa parte desse tempo ela tratou sua situação (de perder sua casa) como algo que expõe ela e a família. Exposição essa que causa-lhe vergonha, uma vez que de uma forma ou de outra todos ao seu redor acabaram sabendo da sua situação de vulnerabilidade. Exposição causada também pela perda de sua privacidade, como resultado de sua mudança obrigatória para uma pequena vila dentro do Coque e na qual todos acabam se envolvendo nas decisões dos outros” (Trecho retirado do diário de bordo da pesquisadora).

Assim, **Tereza** perdeu o pouco de autonomia que acreditava possuir. E autonomia aqui é referida enquanto seu próprio cuidado para com ela mesma, cuidado com sua existência. No entanto, nesse caso, esse cuidado é tolhido para que seja efetuado pelo outro institucional, o outro objetivo. Objetivo porque em nome desse cuidado o ser humano é feito objeto, uma vez que é isolado e separado de seus companheiros de existência. Ou seja, trata-se de um cuidado vazio, mecânico, e que acaba refletindo enquanto descaso com a vida das pessoas.

Esse descaso sentido pelos moradores do canal com relação a ação dos órgãos públicos, fez também com que eles percebessem uma espécie de ciclo vicioso ligado à questão da moradia na cidade. Durante a entrevista, **Victória** relata o caso de uma conhecida:

“É muito ruim. Porque teve gente que saiu com quatro mil reais e ficou sem casa. Ficou pagando aluguel até o dinheiro acabar. O dinheiro acabou e hoje tá sem casa. E não pode mais ser inserida numa política de habitacional porque já recebeu o dinheiro. E essas pessoas com certeza estão na risca de uma política de habitacional porque ela foi ocupar uma área de alta vulnerabilidade de novo, a palafita. Teve até uma senhora de 87 anos que recebeu quatro mil, e agora foi morar numa palafita na Areinha [área dentro do Coque]. [...] Ai foi com muita luta que ela foi inserida num projeto habitacional e o primeiro habitacional que

sair vai ser o dela. Aqui na região do Coque. O primeiro vai ser o dela, e eu espero que ela ainda esteja viva, né, pra ver a sua casa. Que hoje ela deve tá com 89 anos” (Victória).

Já **Augusta** fala em nome de suas próprias expectativas e inseguranças:

“Invadiram ali a linha [terreno que fica à beira da linha de metrô, na altura da Av. Sul, ainda no Coque]. Eu peguei um pedacinho também. [...] Ai tá lá né, até agora tá dando tudo certo. Ai eu já tenho um pedacinho lá né, garantido. Porque se não tiver dinheiro pra comprar uma casa eu tenho pra onde ir. [...] Porque o dinheiro que eles dão não é o suficiente, ai a pessoa tem que invadir mesmo. Não dá pra comprar uma casa ai tá tendo invasão e todo mundo vai invadir. Até eles darem uma casa ou alguma coisa” (Augusta).

Diante dos relatos de **Victória** e **Augusta** é possível observar a manutenção de uma política pública que perpetua a necessidade de ocupação de territórios por parte de famílias em situação de risco. Em dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), foi revelado que existiam no país cerca de 6.329 aglomerados ditos “subnormais”, que são os assentamentos irregulares (favelas, invasões, comunidades, vilas, palafitas, entre outros). Nessas áreas, de acordo com o mesmo censo do IBGE (2010), estariam vivendo 11.425.644 pessoas, o que corresponde à 6% da população do país. Lembrando que, por seu caráter irregular, essas comunidades não possuem acesso a elementos fundamentais à vida. Falta emprego, educação, saúde, alimentação e moradia. Sim, moradia, porque não é porque a pessoa está em uma comunidade que isso vá significar que ela tem as necessidades de moradia atendidas.

O que faz pensar em um outro dado revelado por essa pesquisa: o déficit habitacional aumentou no país, mesmo com a existência de programas de políticas habitacionais, como o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). De acordo com a pesquisa mencionada anteriormente, o número de famílias sem moradia (que atenda minimamente à suas necessidades) cresceu de 5.546.000 em 2008, para 6.940.000 em 2010. Lembrando que nesse meio tempo, em 2009, o Programa MCVC foi implementado e atingiu uma meta de 1 milhão de casas, sejam elas construídas ou contratadas. Mesmo isso não foi o suficiente. Por que 1 milhão de novas casas não foram o suficiente para acabar (ou pelo menos diminuir) um déficit habitacional de quase metade desse número? Fica claro que algo está errado com

as políticas públicas de habitação no país. Existem casas suficientes sendo construídas mas, de alguma forma, elas não estão indo para as mãos de quem realmente precisa.

Em artigo escrito por Guilherme Boulos, Ana Paula Ribeiro e Natalia Szermeta, intitulado “Como não fazer política urbana” (2014), é colocada uma série de dados divulgados também pelo IBGE (dados mencionados acima), os quais demonstram que o setor imobiliário superou a rentabilidade de qualquer outro setor de investimento entre os anos de 2008 e 2013. Nesse período muitos terrenos foram adquiridos. “Se têm as terras, podem definir o que farão em cada uma delas. Aqui, um condomínio de elite, ali um novo shopping, acolá habitação popular. Ou seja, o direcionamento da expansão e remodelação urbana tornou-se ainda mais refém dos interesses privados e de mercado” dizem os autores. Além disso, acrescenta:

Com isso, regiões inteiras foram reconfiguradas sem aviso prévio aos que sempre estiveram por lá. Bairros antes periféricos viram, atônitos, torres serem erguidas ao seu lado. Novos moradores, novo perfil, novos preços. Com os investimentos de mercado veio a inflação descontrolada do valor dos aluguéis. [...] Assim cresceu o déficit habitacional, configurado por uma explosão no valor dos aluguéis inclusive nas periferias urbanas (Boulos, Ribeiro, & Szermeta, 2014).

É essa lógica de desenvolvimento objetificadora que expulsa pessoas de suas comunidades, fazendo com que elas se vejam obrigadas a, novamente, ocupar terrenos de forma irregular. E, assim, manter esse ciclo vicioso que se mostrou nas entrevistas, e que distancia cada vez mais essas pessoas do acesso à uma vida digna.

Esse é um modo de pensar que, de acordo com Dulce Critelli (1988), está “circunscrito pela interpretação de ser que o Ocidente metafísico instaura e desenvolve em sua historicidade” (p. 69). Uma característica desse momento é que a razão na qual o homem passa a confiar e com a qual se identifica seria impessoal e anônima. A responsabilidade da tarefa de ser (e por ser entenda-se ser habitando) é retirada dessas pessoas e, por sua vez, depositada nas de um estranho anônimo, que Heidegger (1981) chama de “todos nós” e “ninguém” ao mesmo tempo. Em outras palavras: fica claro que a urbanização (como tem se apresentado nos últimos anos), tira do homem a tarefa de cuidar de si e do mundo. O próprio Heidegger

(1954) já dizia que para que o construir pertencesse ao habitar (e assim favorecer o poder-ser do homem), esse mesmo construir deveria também estar intimamente relacionado ao pensar, ao refletir. Construir sem se colocar de forma reflexiva diante dessa atividade é apenas produzir, mais uma forma da técnica moderna se mostrar. Isso porque esse modo de agir não leva em consideração as pessoas que já estão ocupando ou venham a ocupar aquele lugar.

Diante de tudo o que foi colocado referente à expulsão dessas pessoas, uma outra questão que é ignorada pelo poder público, e que também foi mencionada nas entrevistas, foi o claro apego ao local onde se mora. Tal ligação foi mencionada por todos os entrevistados, ficando evidente nos depoimentos de **Margarida e Helena:**

“Porque justamente costume de ta num lugar, quinze anos. Quer dizer eu tenho quinze anos aqui né, mas tem morador com 20, 25 anos aqui. Tem moradores a mais tempo que eu. Então a gente já tá acostumado com tudo aqui. A gente quer continuar onde a gente tá. Não na beira do canal, porque a gente sabe que a obra é necessária, não sou contra a obra, mas assim pra eu ter que endoidar a cabeça e ficar sem ter espaço eu preferia a minha casa que alagava mesmo, porque alagava num dia eu lavava no outro, e era segura” (Margarida).

“Eu prefiro que o habitacional seja aqui no coque mesmo. Eu já tô acostumada aqui. É perto de tudo. É perto da cidade, é perto de mercado, é perto de feira. É perto de tudo. [...] E aqui eu crio quatro netos. Eles também não querem sair daqui do coque não. Porque aqui eles estudam, aqui eles fazem curso. As duas pequenas fazem curso de manhã e à tarde vão pra escola. O outro faz a escola de manhã e à tarde é o curso. Ai eles não querem sair daqui” (Helena).

Esse apego descrito pelas entrevistadas corrobora o que é colocado na perspectiva sistêmica/transacionalista da Psicologia Ambiental, que faz sua análise baseada em uma unidade formada pela pessoa inserida no ambiente. Dessa forma, formariam um sistema integrado de interrelações através das quais pessoa e ambiente definem-se e transformam-se. Lembrando que é esse caráter de encontro (nessas interrelações) que dota o mundo de *significatividade*, de acordo com a autora Ligia Saramago (2008).

Esse apego ao lugar diz respeito ao vínculo afetivo que se estabelece entre a pessoa e um ambiente. Essa relação tem como característica a construção e

significados e sentidos que favorecem que ambos participem da constituição um do outro. Para Ponte, Bomfim e Pascual (2009),

A relação pessoal de experienciar os espaços - os quais remetem à ideia de amplitude, movimento e liberdade - e os lugares - os quais se relacionam com a ideia de objeto, segurança, estabilidade e proximidade - constituem uma base imprescindível do processo de apropriação e significação dos lugares (p. 346).

Dessa forma, seria essencial para se construir um pertencer ao lugar que houvesse também um processo onde as pessoas dotem aquele lugar de significações, apropriando-se afetivamente do mesmo. E o que pode ser visto nos relatos de Margarida e Helena é que, apesar de todos os problemas encontrados em seu entorno, o vínculo que elas desenvolveram com as pessoas, instituições e espaços encontrados na comunidade onde moram são repletos de sentidos construídos. E, além disso, mostra a dor que causa ter que se privar desses mesmos sentidos.

Para além desse apego ao lugar, também existe o agravante da incerteza de para onde ir.

“Um habitacional que eu não sei quando é que vai sair, se vai sair ou como vai sair. Eu tô até com o termo de uma audiência que teve no ministério público dizendo que tinha 25 casas disponíveis, mas eu não sei se a gente tá na prioridade. Porque ficaram como prioridade os idosos, gente que tem mais criança, aí eu não sei se a gente se enquadra. Então fica difícil. Eu não sei até quando eu vou ficar aqui porque eu só fiz o contrato de um ano... então é você viver como se a qualquer momento você fosse perder” (Tereza).

Essa incerteza descrita por Tereza é geradora de angústia, uma vez que ela, assim como os outros moradores do canal Ibiporã, foram obrigados a enfrentar a finitude de um plano que haviam construído. Ao terem sido negados de permanecerem em suas casas, eles também se viram com o direito de viver os planos que cada um teria traçado para si naquele lugar negados. Essa situação os leva a um momento de tensão, pois faz com que se questionem sobre quem eles tem sido e o que virão a ser. Há, no entanto, um agravante no caso dessas pessoas: por suas posições sociais elas têm uma gama menor de possibilidades concretas

diante delas, assim, elas trazem sentimentos vinculados a experiência de desamparo.

Todas essas situações deságuam em um outro núcleo de sentido, que gira em torno dos modos de ser impostos a essas pessoas, através do que pode ser visto como mudanças de hábito. Há uma diferença significativa entre quando as pessoas optam por mudar algo em seu modo de ser a partir do cuidado para com elas mesmas, responsabilizando-se por seu existir, de quando tem-se isso imposto, e essas pessoas tem o direito de escolha cerceado. Essas mudanças muitas vezes estavam ligadas ao medo do que viria acontecer com eles, como fala **Margarida**:

“Olha, eu não estava comendo direito, eu não estava dormindo. Porque até quando eu sonhava, eu sonhava com eles vindo aqui pra casa derrubar tudo. Ai fiquei no desespero total. Sem ter sossego. Só pensando... tava fazendo praticamente nada... só pensando pronto a qualquer momento eles vão vir e eu vou ter que sair. Não tenho pra onde ir, não tenho o que fazer, o que é que vai ser dos meus filhos. [...] [mudou sua vida] Completamente, e eu sem saber que tava grávida, que eu não sabia. Ai juntou a gravidez com esse problema todo. Várias vezes fui socorrida porque não tava comendo, não tava dormindo” (Margarida).

Ou até mesmo mudanças ocasionadas pelo início das obras:

“Ai eu fui vendo as casas sendo demolidas, a minha ficando... enquanto demolia passava por cima de canos, ai não chegava água pra mim... mexia em eletricidade e faltava energia. Os ratos começaram a invadir porque tinham menos casas. Até inseto, porque fica muito bicho pra pouca casa, né? A casa começou, meu deus do céu, eu não sei nem como é um negócio daquele. As poeiras das construção começaram a se alastrar e os meninos ficaram doentes, meu neto foi hospitalizado” (Tereza).

No entanto, o que é mais curioso em toda essa situação é que, no caso do Coque, esse cenário de desigualdades e injustiças tem ajudado a fomentar a consciência política desses moradores, além da consciência das forças que eles têm.

“[...] digamos que minhas forças estão se esgotando. Mas tô indo no fundo do poço pra buscar o restinho que tem. Eu acredito, tenho esperança. Então tô aqui acreditando e lutando pelo que eu quero. Embora que a maioria dos moradores

estejam desistindo por não acreditarem mais. Mas eu acredito. Eu vou até o final” (Margarida).

“Só quando eles verem que o povo vai sair de dentro de casa... porque a política tá mudando dentro do Coque, tá mudando no Recife... aí quando o povo sair pra rua de verdade, que mostrar que não é assim não ‘você tá mexendo comigo mas não mostrou projeto, não mostrou nada, você não me assegurou como eu vou ficar guardado, respaldado de tudo, então não é assim não. Vamo fazer de novo esse projeto’. Só quando o povo fizer isso de verdade é que eu acho que vai existir bom senso, justiça pra vida das pessoas” (Vitória).

A partir do que foi dito por Margarida e Vitória, é possível que elas tenham desenvolvido essa consciência política enquanto uma forma de responsabilizar-se por suas existências. Responsabilizar-se esse que favorece um modo de viver autêntico, como já foi dito anteriormente. Talvez isso tenha vindo juntamente ao que Figueiredo (1994) chama de acontecimento, algo que irrompe e quebra com aquilo que é habitual. De acordo com o autor:

“Um acontecimento é, de início, uma ruptura na trama das representações e das rotinas; em outras palavras, de início o acontecimento é uma quebra dos dispositivos de construção e manutenção do ‘tecido da realidade’; mas um acontecimento é também a transição para um novo *sistema representacional*.” (Figueiredo, 1994, p. 151-152)

Dessa forma, esse acontecimento deixa a pessoa na condição de preocupar-se, mas também abre para uma apropriação do próprio acontecimento. Nas palavras do próprio autor, o acontecimento é algo que rompe mundo e funda mundo.

O HABITAR E SUAS POSSIBILIDADES COMPREENSIVAS: algumas considerações

Por este ter sido um trabalho que abrangeu temáticas complexas, facilita a compreensão recapitular o caminho seguido pela pesquisadora para que, a partir disso, sejam tecidas algumas considerações de forma que as discussões estejam propriamente contextualizadas.

Esse trabalho iniciou com uma percepção da Psicologia Ambiental enquanto um campo de estudo que amplia o conhecimento da Psicologia, assim como de outras áreas, acerca da temática das transformações ambientais, sejam elas idealizadas pelo homem ou não. É, majoritariamente, uma modalidade teórica, mas que busca novas práticas que possam romper com a concepção tradicional da Psicologia identificada como a ação terapêutica no modelo médico fundado na ciência moderna da natureza.

É, também, uma área que estuda a reciprocidade existente na relação entre pessoa e ambiente. Em se tratando da vertente transacionalista, que foi a abordagem que norteou a presente pesquisa, essa relação é interpretada como dinâmica, assim, tanto os ambientes naturais quanto os construídos afetam os modos de ser das pessoas, da mesma forma como estas afetam o meio. Ou seja, não estuda-se unicamente o ser humano ou o ambiente, mas sim ambos como pertencentes a uma mesma unidade.

Tal compreensão suscitou questões que encontraram eco em dimensões do pensamento heideggeriano (marco teórico escolhido para nortear as reflexões deste trabalho) que foram apresentadas brevemente de forma a contribuir para pensar o homem no ambiente. Iniciou-se com algumas das questões básicas colocadas por Heidegger para que assim fosse possível compreender quando este fala em espaço e lugar. Para a autora Ligia Saramago (2008), mesmo quando Heidegger trata de outros temas, ele também acaba abordando a questão do espaço. Tais questões aparecem em sua obra desde antes de seu principal e mais conhecido trabalho, “Ser e tempo” (1989), até seus últimos escritos, quando começa a trabalhar a linguagem e a poesia.

Assim como no caso da Psicologia Ambiental, as reflexões suscitadas pelo pensamento heideggeriano favorecem o surgimento de novas possibilidades de

diálogos com diversas áreas do conhecimento. Neste trabalho, esse diálogo se fez mais presente em relação à compreensão da urbanização das cidades que, segundo Dulce Critelli (1988), despreza o empenho, a paciência, e a contemplação. Estas são condições do homem que tornam possível o seu cuidar de si mesmo e que, ao lhe serem negadas, desumaniza-o, fazendo com que este siga no mundo de forma imprópria e mecanizada. Este é um momento em que o processo de urbanização passa a ser duramente criticado, tanto pelas pessoas quanto por instituições, considerando que suas práticas não levam em consideração as dimensões desse processo de co-construção do mundo e das pessoas. Crítica também endossada por Critelli (*op. cit.*).

Ao iniciar o processo de compreensão das entrevistas foi possível observar um crescente sentimento de perda de raízes. Os moradores de comunidades pobres (como é o caso do Coque, que serviu como lugar da pesquisa) são constantemente obrigados a saírem de suas casas, de seus mundos em processo de construção para que, naquele local, passem a existir obras públicas e/ou privadas. Eles são retirados contra a vontade deles, de um lugar que ajudaram a construir e com o qual se identificam. Ainda com o agravante de que as alternativas oferecidas não são suficientes para atender suas demandas concretas e afetivas. Tendo que sair de suas casas, são de uma forma ou de outra obrigados a escolher entre receber um auxílio moradia insuficiente e por tempo indeterminado, até que lhes sejam entregues as chaves de um habitacional padronizado, em um lugar com o qual não tem identificação alguma; ou, ainda, não entrar para a política de habitação popular do governo e receber uma indenização por sua casa, sendo esse um valor com o qual não é possível adquirir uma nova moradia no mesmo local, uma vez que os preços sobem quando governo e empresas decidem investir em uma área da cidade (gentrificação).

Fica claro o desamparo dessas pessoas ao se verem numa situação de ter que abandonar toda uma vida construída, desde o mais concreto (como a casa em si), até as relações desenvolvidas ali, como com escolas, instituições amigas, vizinhos (rede de apoio). Vale também ressaltar a identificação das colaboradoras desta pesquisa com a história da comunidade, que é muito forte. Muitas se sentem pertencentes ao Coque pois tanto elas quanto seus pais e avós ajudaram a construir aquele lugar. Desde o momento em que uma área de maré foi aterrada até os confrontos diversos para evitar as desapropriações em massa que foram se

tornando cada vez mais comuns. A comunidade tem resistido à essa expulsão, mas é cada vez mais difícil uma vez que ela tem sido devorada aos poucos por um suposto desenvolvimento. Um desenvolvimento que prefere tirar pessoas de suas casas para a construção de lugares de passagem, como é o caso do terminal integrado de modais variados de transporte público (metrô e ônibus) ou grandes prédios, falando do Fórum do Recife e de hospitais de referência. Sendo que essas mesmas pessoas que estão sendo removidas de seus lares não vão usufruir dessas obras. Pelo contrário, são cada vez mais marginalizadas, sendo levadas à subúrbios cada vez mais distantes do centro. Aqueles que permanecem no Coque, mesmo morando lá há muitos anos, são constantemente invadidos por um sentimento de insegurança, pois sabem que o modo como se sentem em relação com a comunidade não irá protegê-los de uma possível remoção caso as esferas público/privadas achem que algo melhor pode ser feito naquele lugar.

Deve-se levar em consideração, ainda, que o apego à comunidade não se dá apenas por questões históricas ou afetivas mas, também, por questões de ordem prática. Sendo o Coque uma comunidade que está localizada na região central da cidade, esta possui uma facilidade no deslocamento para as outras regiões. Dessa forma, os moradores do Coque possuem algo que a maioria das comunidades pobres (principalmente as mais periféricas) não tem: a condição de ir e vir. Mas as mesmas características que os favorecem também os coloca numa posição de alvo, pois atraem também a atenção de investimentos que não colocam o bem-estar da comunidade em primeiro lugar. Majoritariamente são construções que beneficiam apenas uma pequena parcela da população. Dessa forma uma série de outras questões são negligenciadas.

É possível avaliar esse momento como uma faceta do fazer técnico moderno largamente criticado por Heidegger. Essa disposição que não leva em consideração o existir humano já vem acompanhada de uma tendência à promoção de um máximo de rendimento com o mínimo de gasto. Trata-se, dessa forma, de uma exploração impositiva. As pessoas passam a ser vistas como meros objetos controlados pela razão. Segundo o autor

Esta intimação que domina do princípio ao fim a técnica moderna desdobra-se em diversas fases e formas ligadas entre si. A energia encerrada na natureza é captada, o que é captado é transformado, o que

é transformado é intensificado, o que é intensificado é armazenado, e o que é armazenado é distribuído. Estes modos segundo os quais a energia é confiscada são controlados; este controle deve por seu lado ser garantido (Heidegger, 1995, p. 26).

Assim, o fundamento dessa técnica moderna está em intimar a produção e captação, assim como de pôr à disposição. Desta forma, é possível fazer referência (baseando-se nos relatos dos entrevistados) a uma dimensão instrumentalizada que norteia as políticas públicas no que diz respeito à moradia e ao habitar. Trata-se do domínio da razão instrumental, presente no pensar técnico calculante, que não privilegia o modo como as pessoas habitam. Constata-se assim uma política que já nasce falida, uma vez que não considera a necessidade que leva milhares de famílias a ocuparem determinados terrenos afim de, por conta própria, garantirem um direito elementar como o de moradia. Dessa forma, essas políticas se mantêm em um lugar de manutenção desse pensar técnico e instrumental.

Ainda segundo Heidegger (*op. cit.*), falar nesses termos pode parecer estranho, mas necessário para que “ao sondarmos estes conceitos pelo pensamento, tenhamos a experiência daquilo que hoje é, daquilo que toca, ameaça e oprime a nossa existência (*Dasein*)” (1995, p. 7). Caso esse questionamento não seja feito, permaneceremos “obstinadamente fechados nas representações correntes da técnica” (p. 7). Permanecer vinculado a este modo de pensar além de restringir as possibilidades de existir pode gerar um outro modo de pensar que se apresente indiferente e não reconheça os riscos a que a vida humana está submetida.

É aí que reside a importância de uma outra forma de pensar que possa garantir o existir enquanto *Dasein*, proposta assumida por Heidegger (1954) quando ele reflete sobre o habitar. Essa noção é interpretada como morada do homem junto ao mundo e ao ser. O homem estaria em constante movimento espaço-temporal, no qual seu modo de habitar se dá imbricada com o mundo. Trata-se de uma compreensão que fala da relação fundamental e constitutiva do homem com o mundo, sendo esta anterior a qualquer determinação. Essa noção não se refere simplesmente à possuir uma residência ou morar em determinado local, mas sim ao modo como o homem se relaciona com suas possibilidades de ser no mundo, estando em relação com aquele lugar. Dessa forma o habitar é considerado como

morar junto às coisas mesmas, que revelam aquilo que é mais próprio à existência. Existir habitando é projetar-se nas possibilidades de ser que estão presentes no mundo que está no homem e ao seu redor. Seria o habitar, então, que estruturaria a relação fundamental existente entre ser, homem e mundo.

REFERÊNCIAS

- Barker, R. G. (1968). *Ecological psychology*. Stanford, California: Stanford University Press. 1968.
- Barreto, C. L. B. T. (2011). *A fenomenologia existencial de Heidegger como possibilidade para pensar outros modos de constituição da subjetividade e da ação clínica*. III Congresso Luso-Brasileiro de Fenomenologia. IV Congresso Internacional da AFEN. Out., Évora.
- Bonnes, M.; Secchiaroli, G. (1995). *Environmental psychology, a psycho-social introduction*. London: sage.
- Boulos, G.; Ribeiro, A. P.; Szermeta. N. (2014, 30 de Janeiro). *Como não fazer política urbana*. Movimento dos Trabalhadores sem Teto. Retirado de <http://http://www.mtst.org/>
- Brewer, J., Hunter, A. (1989). *Multimethod research: a synthesis of styles*. Thousand oaks, cal.: sage. 1989.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Campos, C. B.(2011). *Gestão ambiental*. In s. Cavalcante; g. A. Elali (orgs.). Temas básicos em psicologia ambiental. Petrópolis: vozes, p. 198-207.
- Campos-de-Carvalho, M. I.; Cavalcante, S.; Nóbrega, L. M. A. (2011). *Ambiente*. In s. Cavalcante; g. A. Elali (orgs.). Temas básicos em psicologia ambiental. Petrópolis: vozes, p. 28-43.
- Coelho Jr., N. E.; Figueiredo, L. C. (2004). *Figuras da Intersubjetividade na Constituição Subjetiva: Dimensões da Alteridade, Interações*, vol. IX, no. 17, p. 09-28.
- Corraliza, J. A. (1997). La psicología ambiental y los problemas medioambientales. Papeles del psicólogo. *Revista del colegio oficial de psicólogos*. España, (67), p. 26-30.

- Craik, K. H. (1973). Environmental psychology. *Annual review of psychology*, 24 (1), p. 403-422.
- Critelli, D. M. (1988). *O des-enraizamento da existência*. In Vida e Morte: ensaios fenomenológicos. Org. por Maria Fernanda SFB Dichtchekenian / Centro de Estudos Fenomenológicos de São Paulo, SP.
- Critelli, D. M. (2002). Martin Heidegger e a essência da técnica. *Margem*, São Paulo.
- Critelli, D. (2008). Consumo e obediência: a desarticulação da liberdade. *Psicologia USP*, 19(4), p. 477-485.
- Delabrida, Z. N. C. (2011). *Pesquisa-ação (action research)*. In s. Cavalcante; g. A. Elali (orgs.). Temas básicos em psicologia ambiental. Petrópolis: vozes, p. 281-289.
- Demick, J., Wapner, S. (1990). *Role of psychological science in promoting environmental quality - introduction*. In t. Gärling; g. W. Evans (orgs.). Environment, cognition, and action; an integrated approach. New York: Oxford, p. 631-632.
- Duarte, A. (2005). *Heidegger e a linguagem: do acolhimento do ser ao acolhimento do outro*. *Natureza humana*. v.7 n.1 São Paulo.
- Elali, G. A., & Medeiros, S. (2011). *Apego ao lugar (vínculo com o lugar – palce attachment)*.
- Elali, G. A.; Peluso, M. L. (2011). *Interdisciplinaridade*. Em S. Cavalcante; G. A. Elali (orgs.). Temas básicos em psicologia ambiental. Petrópolis: vozes, p. 227-238.
- Figueiredo, L. C. (1994). *Escutar, recordar, dizer: encontros heideggerianos com a clínica psicanalítica*. EDUC-Editora da PUC-SP.
- Gärling, T., & Evans, G. W. (eds.). (1991). *Environment, cognition, and action*. New York: Oxford University Press.
- Giacóia Jr., O. (2013). *Heidegger Urgente - introdução a um novo pensar*. São Paulo: Três Estrelas.

- Gibson, J. J. (1979). *The ecological approach to visual perception*. Boston: Houghton Mifflin.
- Godard, O. (1997) *O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual*. Em E. Castro; F. Pinton. *Faces do tropico úmido – conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: cejup, p. 107-132.
- Günther, H. (2011) *Affordance*. In S. Cavalcante; G. A. Elali (orgs.). *Temas básicos em psicologia ambiental*. Petrópolis: vozes, p. 191-197.
- Günther, H.; Fragelli, T. B. O. (2011). *Estresse ambiental*. Em S. Cavalcante; g. A. Elali (orgs.). *Temas básicos em psicologia ambiental*. Petrópolis: vozes, p. 21-27.
- Günther, H.; Rozestraten, R. J. A. (2005) *Psicologia Ambiental: Algumas Considerações sobre sua Área de Pesquisa e Ensino* (Série: Textos de Psicologia Ambiental, Nº 10). Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental.
- Guzzoni, U. (2008). A relação entre o espaço e a arte no Heidegger tardio. *Artefilosofia*, Ouro Preto, n.5, p. 48-60, jul.
- Hagino, G., Mochizuki, M., & Yamamoto, T. (1987). Environmental psychology in Japan. *Handbook of environmental psychology*, 2, 1155-1170.
- Heidegger, M. (1954) *Construir, Habitar e Pensar*. Trad. Tradução de Marcia Sá Cavalcante. *Schuback Vortäge und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen.
- Heidegger, M. (1959). *A Caminho da Linguagem*. Petrópolis, Vozes, V.I.
- Heidegger, M. (1979). *Prolegomena zur Geschichte des Zeitbegriffs*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann.
- Heidegger, M. (1981). *Todos nós... ninguém: um enfoque fenomenológico do social*. São Paulo: Moraes.
- Heidegger, M. (1989). *Ser e tempo* (Vols. 1-2). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Heidegger, M., & Botas, M. (1995). *Língua de tradição e língua técnica*.
- Heidegger, M. (1997a). *A questão da técnica*. Cadernos de Tradução, 2:40-93
- Heidegger, M. (1999). O fim da filosofia e a tarefa do pensamento. Trad. Ernild Stein. Col. Os Pensadores. São Paulo, Nova Cultural, 72.
- Heidegger, M. (1999). Ontología – hermenéutica de la facticidade. Trad. De Jaime Aspiunza. Madrid: Alianza editorial.
- Heidegger, M. (2000). *Serenidade*. São Paulo: Instituto Piaget.
- Heidegger, M. (2001). (Editado por Medard Boss), *Seminários de Zollikon*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Heidegger, M. (2001a). A questão da técnica In: Martin Heidegger. *Ensaio e conferências*. Petrópolis: Vozes
- Heidegger, M. (2002). *Ensaio e conferências*. Vozes.
- Heidegger, M. (2007). *Nietzsche II*. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Hellpach, W., & Abderhalden, E. (1924). *Psychologie der Umwelt*. Urban & Schwarzenberg.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). *Déficit habitacional municipal no Brasil*. Recuperado em 15 de junho de 2015, de <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>
- Inwood, M. (2004). *Heidegger*. São Paulo: Loyola.
- Kaplan, R. Kaplan, S. (1989). *The experience of nature: a psychological perspective*. New York: Cambridge University Press.

- Kates, R. W., & Wohlwill, J. F. (1966). Man's response to the physical environment. *Journal of Social Issues*, 22(4), 15-20.
- Kuhnen, A. (2011). *Desenvolvimento sustentável*. Em s. Cavalcante; g. A. Elali (orgs.). *Temas básicos em psicologia ambiental*. Petrópolis: vozes, p. 174-181.
- Kurt, L. (1965). *Teoria de Campo em Ciência Social*. Trad Carolina M. São Paulo: Pioneira.
- Lévy-Leboyer, C. (1980). *Psychologie et environnement*. Presses univ. de France.
- Lewin, K. (1965). *Teoria de campo em ciência social*. São Paulo: Pioneira.
- Lovelock, J. (1995). *The greening of science*. In t. Wakeford; m. Walters (orgs.), *science for the earth: can science make the world a better place?* Chichester, Inglaterra: Wiley, p. 38-63.
- Low, S. M., Altman, I. (1992). *Place attachment: a conceptual inquiry*. In s. M. Low; i. Altman (orgs.). *Place attachment: human behavior and environment – advances in theory and research*. New York: Plenum Press.
- Loparic, Z. (2002). *Binswanger, leitor de Heidegger: um equívoco produtivo?* *Natureza Humana*, 4 (2), 383-413.
- Martins, E. (2011). Família em situação de risco e rede social de apoio: Um estudo em comunidade de periferia metropolitana. *DITORIAL*, 4(1).
- Moser, G. (1998). Psicologia ambiental. *Estudos de Psicologia*, 3(1), 121-130.
- Moser, G. (2005). *Psychologie environnementale: des relations homme-environnement*. Bruxelas: de Boek.
- Pinheiro, J. Q. (1985). *Psicologia ambiental no brasil: uma experiência de ensino e pesquisa*. Comunicação apresentada no XX congresso interamericano de psicologia, Caracas, Venezuela, 7 a 12 de julho.

- Pinheiro, J. Q. (1996). *Determinants of cognitive maps of the world as expressed in sketch maps*. Tese de doutorado não publicada, universidade do Arizona, Tucson, EUA.
- Pinheiro, J. Q. (1997). *Psicologia ambiental: a busca de um ambiente melhor*. Estud. Psicol. (Natal) vol.2, no.2, Natal, july/dec.
- Pinheiro, J. Q. (2005). *O lugar e o papel da psicologia ambiental no estudo das questões humano-ambientais, segundo grupos de pesquisa brasileiros*. Psicol. Usp, v. 16, n. 1-2, São Paulo.
- Pol, E. (1996) *La apropiación del espacio*. En L. Iñiguez y E. Pol (Coord) *Cognición, representación y apropiación del espacio*. Barcelona, Publicacions Universitat de Barcelona, Monografies Psico/Socio/Ambientals nº 9.
- Pol, E. (2002). *La apropiación del espacio*. Em I. Iñiguez; e. Pol (eds.), *cognición, representación y apropiación del espacio*. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, p. 45-62.
- Ponte, A. Q; Bomfim, Z. A.; Pascual, J. G. (2009). Considerações teóricas sobre identidade de lugar à luz da abordagem histórico-cultural. *Psicol. Argum.*, Curitiba, v. 27, n. 59, p. 345-354, out./dez. 2009
- Rilke, R. M. (2001). *Sonetos a Orfeu & Elegias de Duíno*. Tradução de Dora Ferreira da Silva. São Paulo: Biblioteca Azul
- Rivlin, L. G. (2003). Olhando o passado e o futuro: revendo pressupostos sobre as inter-relações pessoa-ambiente. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 8(2), 215-220.
- Rocha, Z. J. B. (2011). *A ontologia heideggeriana do cuidado e suas ressonâncias clínicas*. Síntese. Belo Horizonte, v. 38, p. 71-90.
- Sachs, I. (1993). *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: estúdio nobel/fundação do desenvolvimento administrativo. 1993.
- Santos, B. S. (1988). *Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna*. Estud. Av. [online]. 1988, vol.2, n.2, p. 46-71.
- Santos, M. (1997). *Espaço e método*. 4. Ed. São Paulo: Nobel, (coleção espaços).

- Saramago, L. (2008). *A topologia do ser: lugar, espaço e linguagem no pensamento de Martin Heidegger*. Editoria PUC-Rio.
- Schwartz, S. H. (1992). Universals in the content and structure of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries. *Advances in Experimental Social Psychology*, 25, p. 1-65.
- Stokols, D. (1978). Environmental Psychology. *Annual Review of Psychology*, 29, p. 253-295.
- Stokols, D. (1995). The paradox of environmental psychology. *American Psychologist*, 50(10), p. 821-837.
- Tuan, Y. F. (1980). *Topofilia, um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel.
- Tuan, Y. F. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Difel.
- Valera, S. (1996). *Psicología ambiental: bases teóricas y epistemológicas*. Em L. Iñiguez; E. Pol (Eds.), *Cognición, representación y apropiación del espacio*. Barcelona: Publicacions Universidad de Barcelona, p. 1-14.
- Vattimo, G. (1996). *Introdução à Heidegger*. 10ª Ed. Lisboa: Instituto Piaget.
- Veitch, R; Arkkelin, D. (1995). *Environmental Psychology: an interdisciplinary perspective*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall.
- Watsuji, T. (1935). Fudo (Climate). *Iwanami Shoten, Tokyo (J)*.
- Wohlwill, J. F. (1970). The emerging discipline of environmental psychology. *American psychologist*, 25(4), 303.